



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

GIULIANA DE CÁSSIA PINTO DA MATTA

**OS MODOS DE FABRICAÇÃO DAS CAMPANHAS ELEITORAIS**  
**Pernambuco (1950-1958)**

RECIFE

2013

**GIULIANA DE CÁSSIA PINTO DA MATTA**

**OS MODOS DE FABRICAÇÃO DAS CAMPANHAS ELEITORAIS  
Pernambuco (1950-1958)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Norte e do Nordeste do Brasil, da Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Paulo Rezende.

**RECIFE**

**2013**

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

M435m    Matta, Giuliana de Cássia Pinto da.  
Os modos de fabricação das campanhas eleitorais : Pernambuco  
(1950-1958) / Giuliana de Cássia Pinto da. – Recife: O autor, 2013.  
100 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Paulo Rezende.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco,  
CFCH. Programa de Pós Graduação em História, 2013.  
Inclui referências.

1. História. 2. Pernambuco - História. 3. Eleições. 4. Campanha  
eleitoral. 5. Propaganda política. I. Rezende, Antônio Paulo (Orientador).  
II. Título.

981.34 CDD (22.ed.)

UFPE (CFCH2013-

114)



## **ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DA ALUNA GIULIANA DE CÁSSIA PINTO DA MATTA**

Às 10h do dia 31 (trinta e um) de julho de 2013 (dois mil e treze), no Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, reuniu-se a Comissão Examinadora para o julgamento da defesa de Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pela aluna **Giuliana de Cássia Pinto da Matta** intitulada “**OS MODOS DE FABRICAÇÃO DAS CAMPANHAS ELEITORAIS Pernambuco (1950-1958)**”, em ato público, após argüição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder a mesma o conceito “**APROVADA**”, em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Antonio Paulo de Moraes Rezende (orientador), Flávio Weinstein Teixeira e Noemia Maria Queiroz Pereira da Luz. A validade deste grau de Mestre está condicionada à entrega da versão final da dissertação no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da presente data, conforme o parágrafo 2º (segundo) do artigo 44 (quarenta e quatro) da resolução Nº 10/2008, de 17 (dezessete) de julho de 2008 (dois mil e oito). Assinam a presente ata os professores supracitados, o Coordenador, Prof. Dr. George Felix Cabral de Souza e a Secretária da Pós-graduação em História, Sandra Regina Albuquerque, para os devidos efeitos legais.

Recife, 31 de julho de 2013.

Prof. Dr. Antonio Paulo de Moraes Rezende

Prof. Dr. Flávio Weinstein Teixeira

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Noemia Maria Queiroz Pereira da Luz

Prof. Dr. George Felix Cabral de Souza

Sandra Regina Albuquerque

## AGRADECIMENTOS

*O estudante receber não logra  
O suspirado gráo se não publica  
Uma these, que offrece e que dedica  
Ao pae, á mãe, ao tio, ao mano, á sogra.  
Nenhum parente fica  
No ról dos esquecidos:  
Depois seguem-se amigos, conhecidos,  
Muitos mestres, collegas, finalmente  
A tal these é offrecida a tanta gente,  
Que se quiserem dividir, verão  
Que a cada um não chega uma oração.  
(Arthur de Azevedo)*

À Deus, porque é Deus e continuará sendo, quer acreditem nele, ou não. “À Ele seja a glória na igreja em Cristo Jesus, por todas as gerações, para todo sempre! Amém! (Efésios 3:21)

À minha mãe, Catarina, porque é minha mãe e porque me sustentou materialmente.

Aos irmãos em Cristo da Igreja Batista Comunitária do Jordão, em especial ao Pr. Uziel Bezerra e aos irmãos em Cristo da Paróquia Anglicana do Espírito Santo, na pessoa de Patricia Bessa. Estes me fizeram entender que o amor não tem tempo, espaço, ou laço sanguíneo, me sustentando emocionalmente quando, inúmeras vezes, pensei em desistir desta dissertação, da História e da vida. Se hoje conto esta história é, em parte, graças ao amor de Jesus expresso por vocês!

Ao Departamento de História da UFPE, em especial ao seu corpo docente.

Aos colegas do curso de mestrado, em especial a Israel e Thiago.

À Sandra, secretária da Pós-graduação, que com seu bom humor, carinho e atenção para com os alunos, faz a máquina pública parecer o sistema mais eficiente da sociedade. Garanto que se Kafka a tivesse conhecido, não teria escrito *O Processo*.

À minha banca de qualificação, as professoras Noemia Luz e Zélia Gominho, a melhor banca que alguém poderia ter! Suas leituras detalhadas e rigorosas mostraram, na verdade, a extrema nobreza de seus corações em cuidar de mim e me uma pesquisadora e uma historiadora. Suas observações enriqueceram não só este trabalho, como o meu olhar sobre a história.

À banca de mestrado, a professora Noemia Luz e o professor Flávio Teixeira, por aceitarem o desafio de ler este trabalho.

Por fim, e mais importante, ao meu orientador, o Prof. Antônio Paulo!! Que sabe impor autoridade sem ser autoritário, rígido sem perder a gentileza, e sábio sem se tornar vaidoso. Um exemplo de profissional e, principalmente, de pessoa. E que me ensinou que a palavra “PROFESSOR” pode alcançar uma extensão tão gigantesca quanto a palavra “AMIGO”.

*“E, embora eu considere essa obra pouco digna de ser levada a sua presença, tenho confiança em que, todavia, ela possa ser, por sua benevolência, aceita, uma vez que eu não tive outra disposição que a de oferecer-lhe a possibilidade de compreender, em curtíssimo espaço de tempo, tudo quanto conheci e entendi no curso desses anos de uma vida cheia de perigos e provações. Não enriqueci esse texto com períodos longos e pomposos, carregados de retórica ou de alguma outra sofisticação linguística puramente formal, por meio dos quais muitos costumam exprimir-se; desejei que, sem outro ornamento, somente a novidade da argumentação e a importância do assunto tornassem agradável a minha obra”.*

*(Maquiavel, O Príncipe)*

## RESUMO

Este trabalho visa desnaturalizar os discursos que associaram as campanhas eleitorais a meros atos de ação político-ideológica, ou acordos partidários, entre os anos de 1950 e 1958, em Pernambuco. Durante este período as eleições sofriam influências diretas das praticas de mandonismo local, entretanto, é possível notar que estas práticas já não se mostravam suficientes para a vitória de um determinado candidato. Através da documentação analisada percebeu-se que era cada vez mais comum uma sistematização das campanhas eleitorais, com a contratação de profissionais de propaganda para elaborar músicas promocionais, cartazes ou oferecer diretrizes para a organização de comícios. Esta organização profissionalizou-se ao ponto de, em 1958 pela primeira vez, ser contratada uma agência de publicidade especificamente para a realização de uma campanha eleitoral.

**Palavras-chave:** Pernambuco. Política. Campanhas Eleitorais. Agencias de Publicidade.

## ABSTRACT

This work aims to denature the discourses that associated election campaigns to mere acts of political action-ideological, partisan or agreements between the years 1950 and 1958, in Pernambuco. During this period the elections suffered direct influences the practices of despotism site, however, it is possible to note that these practices are no longer sufficient for showing the victory of a particular candidate. Through documentation examined it was found that it was increasingly common for a systematization of election campaigns, with the hiring of advertising professionals to develop music promotional posters or offer guidelines for organizing rallies. This organization professionalized to the point where in 1958 the first time, be an advertising agency hired specifically to conduct an election campaign.

**Keywords:** Pernambuco. Policy. Campaigns. Advertising Agencies.

## LISTA DE TABELA E IMAGENS

<b>Tabela nº 1:</b> Resultado da Eleição para Governador de 1954 .....	26
<b>Imagem nº 1:</b> Título de Reportagem sobre a vinda de Ângela Maria ao Recife .....	40
<b>Imagem nº 2:</b> Anúncio da Campanha de Cid Sampaio .....	61
<b>Imagem nº 3:</b> Anúncio da Campanha de Cid Sampaio .....	63
<b>Imagem nº 4:</b> Capa do disco promocional da campanha de Cid .....	66

## LISTA DE SIGLAS

**TRE:** Tribunal Regional Eleitoral

**MPA:** Movimento Popular Autonomista

**MPPE:** Ministério Público de Pernambuco

**PSD:** Partido Social Democrático

**UDN:** União Democrática Nacional

**PTB:** Partido Trabalhista Brasileiro

**PCB:** Partido Comunista do Brasil

**PR:** Partido Republicano

**PDC:** Partido Democrático Cristão

**PL:** Partido Liberal

**PSP:** Partido Social Progressista

**PRT:** Partido Republicano Trabalhista

**PST:** Partido Social Trabalhista

**PSB:** Partido Social Brasileiro

## SUMÁRIO

Agradecimentos .....	III
Epígrafe .....	V
Resumo .....	VI
Lista de Imagens .....	VII
Lista de Siglas .....	VIII
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>1. A DESARTICULAÇÃO DA “MÁQUINA” DO PSD .....</b>	<b>23</b>
1.1. Estrutura e atuação da “máquina” .....	22
1.2. Pernambuco com sinais trocados .....	29
<b>2. A UDENIZAÇÃO DO PSD .....</b>	<b>39</b>
2.1. A vitória no Recife .....	39
2.2. O início da vitória no interior .....	52
<b>3. MODOS DE FABRICAÇÃO DE UMA CAMPANHA ELEITORAL .....</b>	<b>62</b>
3.1. O eleitor é quem diz Cid .....	62
3.2. Uma gostosura? Cid no governo e Arraes na prefeitura .....	80
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>88</b>
<b>Instituições Pesquisadas e Fontes .....</b>	<b>93</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>94</b>



## INTRODUÇÃO

*“Julguei que podia fazer história com aquilo que, até o presente, era só anedota.”*  
(Marc Bloch)

Aqueles que nasceram na era do voto eletrônico devem compreender muito pouco as experiências de uma apuração eleitoral. Dona Gilka, funcionária pública, geralmente chegava em casa muito tarde em dia de eleição. Ela costumava trabalhar nas eleições, pois isto lhe garantia dias de folga. Mesmo com muito sono e driblando as insistências da minha mãe para que eu fosse dormir, pois deveria ir à escola no dia seguinte pela manhã, eu costumava esperar a minha avó para ouvir as histórias da apuração. Lembro-me do seu orgulho em dizer que, por sua posição de presidente da seção, ela tinha o direito de contar o primeiro voto, das brigas dos fiscais de partidos querendo anular votos de seus oponentes ou das coisas que eram escritas nas cédulas eleitorais. E, entre suas narrativas, eu acabava por sentir que o voto era de alguma forma a expressão da vontade dos indivíduos, mesmo que esta vontade fosse exposta em palavras de baixo calão ou fosse um bilhetinho de amor para uma das mesárias.

O dia da eleição era o ápice de todo um período de diversão pueril para uma menina, que aos oito anos parodiou a música *Ilariê*, interpretada por Xuxa, em que o refrão ficara “ilari, ilari, ilariê, P, T, B”, para se apresentar em um comício de um candidato a vereador pela cidade de Olinda. Da minha parte o interesse era apenas “aparecer”, mostrar a música que havia feito sem maiores pretensões numa conversa com o meu avô. Apresentação, no entanto, valeu-me uma boneca, uma bola e, vim saber (e entender) anos depois, um milheiro de tijolos para uma reforma na casa da minha avó. Lembro também que eu costumava fazer perguntas, perguntas sobre o que via nos telejornais, as quais geralmente ficavam sem respostas. Vindo de uma família para a qual os políticos não passavam de “um bando de ladões que não serve para nada”, hoje consigo entender os sentimentos frustrantes que tive na época.

A única pessoa que se manifestava ao menos interessado por meus questionamentos, mesmo que não soubesse respondê-los, era o meu avô, de quem eu ouvia o discurso: “eu voto no cara, no homem, não voto no partido. Eu procuro saber quem é o cara, o que ele fez, e então decido o meu voto. O partido não faz diferença, porque ele pode mudar de partido, mas continuará o mesmo”. Para mim, a “neta de seu Giúlio”, como era conhecida no bairro de Ouro Preto onde cresci, é possível compreender esta fala vindo de alguém que, com muito orgulho, ensinava-me que “Getúlio era chamado de 'o pai dos pobres', e ele foi mesmo! Devemos tudo a ele, as leis para defender os trabalhadores. Inclusive você vai poder votar um dia por causa dele, foi ele quem deu o direito de

voto à mulher”. Esta cultura política baseada no indivíduo, na personalidade, foi construída historicamente. Segundo Ângela de Castro Gomes, o Estado Novo empreendeu um conjunto de medidas, na área de Política Cultural, com o intuito de fazer uma recuperação positiva do passado brasileiro.

“Interpretar” a nossa história era tarefa fundamental para nela se encontrar um “sentido” da nacionalidade, algo postulado como muito distante de ideias de utopia, fatalismo ou imobilismo presente em regimes políticos anteriores. Esse “sentido” vai ser identificado no processo de centralização política que estaria presente na evolução social do Brasil. Iniciada com Tomé de Sousa, no século XVI, “nossa evolução” ganharia contornos contemporâneos com Getúlio Vargas e o Estado Novo. A “vocação” centralizadora que o estudo de história do Brasil demonstrava confirmava-se também em todas as experiências fracassadas de descentralização, quer fossem a das capitanias hereditárias, quer fossem a do hiperfederalismo da designada República “Velha”<sup>1</sup>.

A autora continua seus estudos mostrando, através dos artigos da revista *Cultura Política*, publicada entre os anos de 1941 e 1945, que o interesse nesse momento era, também, construir uma cultura histórica, ou seja, “a relação que uma sociedade mantém com o seu passado”<sup>2</sup>.

Vale observar que, tendo nascido em 1927, o meu avô era um adolescente frequentador do curso de Torneiro Mecânico, no período discutido por Ângela de Castro Gomes. E, sendo este o seu maior grau de instrução formal, provavelmente foi neste período que ele deve ter vivido as experiências que lhes proporcionaram as memórias relatadas a mim. Quanto as minhas próprias memórias, devo confessar, são um esforço, talvez “freudiano” de entender meu interesse pela pesquisa que hora apresento e de administrar a saudade do meu avô, a pessoa mais influente da minha vida. Devo portanto tranquilizar o leitor, afirmando que ao longo da pesquisa (e escrita) deste trabalho, procurei seguir continuamente o conselho de Alessandro Portelli: “as narrativas – as palavras e ideologias pelas quais são representadas – não só podem, como devem ser entendidas criticamente”<sup>3</sup>.

O trabalho com as memórias realizado neste texto procurou adotar como categoria analítica o conceito de memória coletiva de Maurice Halbwachs. Segundo Michael Pollak<sup>4</sup> “Maurice Halbwachs insinua não apenas a seletividade de toda memória, mas também um processo de ‘negociação’ para conciliar memória coletiva e memórias individuais”. E em consonância com

1

GOMES, Ângela de Castro. *Cultura Política e Cultura Histórica no Estado Novo*. In: ABREU, M., SOIHET, R. e GOTIJO, R. “Cultura Política e Leituras do Passado”. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Faperj, 2007. P. 54.

<sup>2</sup>Idem. P. 45.

<sup>3</sup>PORTELLI, Alessandro. **O massacre de Civitella Val di Chaiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum**. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Usos & Abusos da História Oral*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. P. 119.

<sup>4</sup>POLLAK, Michel. *Memória e Identidade Social*. Revista Estudos Históricos. Teoria e História. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, nº 10, 2003. P.13

Pollak, Henry Rousso vem a afirmar que:

A memória [...], é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. Portanto, toda memória é, por definição, “coletiva”, como sugeriu Maurice Halbwachs<sup>5</sup>.

Halbwachs entende que “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva”, sendo que tanto o ponto de vista muda conforme o lugar que se ocupa e, mesmo o lugar, muda segundo as relações que se mantém com outros meios<sup>6</sup>. Assim sendo, as memórias, frutos de entrevistas, e obras memorialísticas utilizados como fontes nesta pesquisa não estão dissociadas dos seus devidos lugares de produção. Halbwachs explica ainda que a memória coletiva envolve as memórias individuais de tal maneira que um homem quando evoca o seu passado, não o faz sem que faça apelo à lembrança dos outros<sup>7</sup>.

Para a realização deste trabalho, foram consideradas 3 (três) entrevistas realizadas por mim e 9 (nove) relatos de memórias já publicados e, provavelmente, de fácil acesso ao grande público. As coincidências narrativas foram construídas como um etnotexto<sup>8</sup>, ou seja, uma estrutura textual onde se procurou identificar os substratos comuns tanto aos entrevistados, quanto às obras memorialísticas. Assim sendo, somente serão citadas diretamente as falas que apresentem uma coerência com o texto escrito, sendo as demais, quando das coincidências narrativas, citadas como fontes consultadas. O importante a ser observado, quanto a esta escolha metodológica, faz-se presente nas análises de Hebe Mattos: “o etnotexto produzido, mesmo que provocado pelo interesse comum do pesquisador do tema, faz emergir, de fato, uma memória coletiva, produzida historicamente”<sup>9</sup>.

A documentação, no todo, trata dos relatos de memórias acima descritos, dos jornais de grande circulação da época, dos relatórios de resultado eleitorais do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e dos *jingles* promocionais dos candidatos divulgados durante as campanhas. Os acervos consultados estão acessíveis ao público em geral, são eles: Acervo Público Jordão Emereciano e Biblioteca do TRE. A exceção está na localização dos *jingles* das campanhas, estes foram gentilmente cedidos por Samuel Valente, de seu acervo particular.

A história de 1950 (mil novecentos e cinquenta) a 1958 (mil novecentos e cinquenta e oito)

<sup>5</sup>ROUSSO, Henry. **A memória não é mais o que era**. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). Op. Cit. P. 94.

<sup>6</sup>HALBARWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda., 1990. P. 51.

<sup>7</sup>HALBARWACHS, Maurice. Idem. Pp. 53-54.

<sup>8</sup>A noção de etnotexto utilizada foi proposta, segundo Hebe Matos, por Philippe Joutard. Cf. Un projet régional de recherche sur les ethnotextes, in *Annale*, 35º ano, n. 1, jan-fev. 1980. Pp. 176-182.

<sup>9</sup>MATTOS, Hebe. Memórias do cativo: narrativas e identidade negra no antigo sudeste cafeeiro. In: Ana Lugão Rios e Hebe Mattos. *Memórias do Cativo. Família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. P. 41.

elencando diversos grupos sociais que estavam em luta por experimentar suas ideias de democracia, e em não se deixar dominar por uma persistente sombra da ditadura, assim como pelas interferências externas ao país. Os conflitos sociais seriam decorrentes da necessidade de fugir da alienação e não se deixar dominar: ser agente e não apenas espectador diante de um processo que também lhe atinge. A experiência democrática, neste contexto, é a tentativa de encontro entre a teoria e a prática, ação e pensamento, nome e objeto. É um processo que recorre a diversas estratégias e instrumentos de luta. A historiadora Zélia Gominho, utilizando as palavras de François Dubet, afirma que a experiência é: “uma combinação de lógicas de ação que vinculam o ator a cada uma das dimensões de um sistema. O ator deve articular estas lógicas de ação diferentes e a dinâmica que resulta desta atividade constitui a subjetividade do ator e sua reflexividade”<sup>10</sup>.

Ainda segundo a autora, Dubet compreende a experiência social como o “resultado de uma articulação aleatória” entre três lógicas: investigação, estratégia e subjetivação. Ou pertencimento, interesse e criticidade frente à comunidade, ao mercado e ao sistema cultural nos quais o indivíduo está vivendo. A aprendizagem, então, se faz num processo de confronto entre a teoria e a possibilidade que torna, ou não, viável a ação.

É necessário, portanto, levar em consideração a noção de tempo/espaço construída pelos atores sociais envolvidos na pesquisa, por concordar com a orientação de Le Goff em “demolir a ideia de um tempo único, homogêneo e linear”<sup>11</sup>. E com isto compreender, como atitude metodológica diante das fontes de pesquisa, que não há fato histórico no sentido de uma realidade histórica acabada que, por si só, se entrega às investidas do historiador<sup>12</sup>.

É preciso também salientar que o conhecimento acerca da complexidade político-partidária do período em questão ainda necessita de análises mais detidas. A nova história política, como aporte teórico-metodológico, além da cultura política, como categoria de análise, e dos demais pressupostos teóricos, formam o sustentáculo dos percursos desta pesquisa. Interessada em analisar as dinâmicas eleitorais do período.

Segundo Rémond, “a eleição é um indicador do espírito público, um revelador da opinião pública e de seus movimentos”<sup>13</sup>. Esta afirmação dialoga com uma linha de pesquisa histórica que procura problematizar questões até então desprezadas pela tradição: os comportamentos eleitorais. Por esta perspectiva, as campanhas eleitorais podem ser consideradas momentos privilegiados para a explicação de lutas e formação de atores políticos. Este é, então, um trabalho de História Política

---

<sup>10</sup>DUBET, François. *Sociologie de l'expérience*. Paris: Seuil, 1994. P. 105. Citado por WAUTIER, Anne Marie. Para Uma Sociologia da Experiência. Uma Leitura Contemporânea: François Dubet. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 05 nº 09, jan/jun 2003. P. 181. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S151745222003000100007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151745222003000100007&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 12/08/2012. Versão em PDF. P. 08. In: **Cidade Vermelha: a experiência democrática no pós-Estado Novo. Recife, 1945-1955**. Tese de Doutorado. UFPE. CFCH. História, 2011.

<sup>11</sup>LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. P. 76.

<sup>12</sup>LE GOFF, Jacques. Idem. P. 41.

<sup>13</sup>RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. P. 40.

em confluência com a Nova História Cultural.

Neste sentido, as análises políticas, através das coligações formadas pelos diferentes partidos, as circunstâncias em que os candidatos são escolhidos para concorrerem ao pleito, dialogam com a maneira como estas situações – objetivos partidários, somados aos objetivos individuais dos candidatos – são apresentadas ao eleitor de forma a convencê-lo e arregimentar seu voto. Assim, é possível perceber diversos aspectos, como as memórias do lugar, os valores e as crenças presentes na sociedade.

Em meio à multidão de anônimos, os agentes históricos que se projetavam no campo político operavam as disputas e os jogos de ganhos e perdas motivando os indivíduos. No período das campanhas eleitorais, por meio das propagandas, por exemplo, a sociedade construía um ambiente concreto articulado a um universo simbólico. Portanto, a interpretação do fato eleitoral implica em decifrar as representações sociais que se formam durante o seu acontecimento. Para isto, alguns aportes teóricos podem ser úteis, como a análise do Poder Simbólico, sugerida por Burdieu<sup>14</sup>, ou das Representações, feita por Chartier<sup>15</sup>, passando pela produção do discurso, através das inferências de Foucault<sup>16</sup>.

Segundo Burdieu, a vida social é feita por indivíduos que perseguem fins e objetivos variados, dentro de um conjunto de circunstâncias que proporcionam diferentes oportunidades. A posição que o indivíduo ocupa e as decisões que toma diante destas circunstâncias estão ligadas ao poder que ele possui. Sendo este poder, a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos e suas consequências, empregando os recursos que lhe são disponíveis. A conclusão de Burdieu sobre o poder simbólico pode ser aplicada às análises das relações entre publicitários e candidatos e entre candidatos e eleitores, durante as operacionalizações das campanhas.

A contribuição da História Cultural para este trabalho está em fazer entender como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída. Conforme Chartier, esta dissertação procurar assinalar a maneira como os publicitários, jornalistas e demais responsáveis pelas campanhas eleitorais, analisaram a realidade na qual estavam inseridos, se apropriaram dela e, a partir disto, construíram as representações publicadas nos jornais.

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza<sup>17</sup>.

---

<sup>14</sup>BURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.

<sup>15</sup>CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

<sup>16</sup>FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

<sup>17</sup> CHARTIER, Roger. **Op. Cit.** P. 17.

Em consonância com os dois autores já apresentados, Michel Foucault salienta que os discursos representam a uma determinada ordem, interessados em mantê-la. Mas também podem representar aqueles com objetos de subvertê-la. Neste embate, a verdade, ou mais especificamente para este trabalho, as memórias constituídas estarão sob domínio dos que tiverem maior força para proferir tais discursos.

Vale ressaltar que os debates acerca da História Política não são recentes. A maior contribuição para a atualidade ainda remonta à década de 1930, quando a *École des Annales* propõe a substituição da história política factual, centrada nas batalhas e suas grandes personagens, por uma história-problema, dialogando com outras disciplinas, como as Ciências Sociais, ampliando seu objeto e analisando diversos aspectos da vida humana<sup>18</sup>. A crítica ao Positivismo, entre outros, mostrou que não há espaços do social impedidos de serem investigados pelo historiador.

As fontes históricas também se ampliam em quantidade e forma de acordo com os novos interesses. Elementos topológicos, climáticos, mapas, rotas de circulação de ideias são introduzidos ao trabalho do historiador. Nesta dissertação é possível considerar dois tipos de fontes que só puderam ser utilizadas como documentos, graças a contribuição desta escola. São elas: as memórias, testemunhos das entrevistas e livros publicados, e os *jingles* das campanhas.

A ambição *des Annales* de construir uma História da totalidade, levou os estudos da história política ao ostracismo. Entretanto, na década de 1950, os estudos de René Rémond sobre a direita francesa, nos séculos XIX e XX, analisando discursos, modos de expressão e comportamento dos políticos romperam com esta perspectiva factual<sup>19</sup>. Mas ainda foi preciso mais duas décadas para que as pesquisas, que seguiam a linha proposta por Rémond, solidificassem-se<sup>20</sup>.

Estas renovações teóricas ultrapassaram os limites da História Política e atingiram o campo da História Cultural. Para Roger Chartier, *A Nova História Cultural*, teria firmado seus pilares a partir de 1989, com a publicação do livro homônimo, organizado por Lynn Hunt. A organizadora definiu uma nova prática historiográfica, voltando suas críticas para os *Annales*, com suas certezas da história serial e quantitativa<sup>21</sup>.

A história passou a ampliar seu campo de investigação e evidenciar pesquisas que apontassem para novos objetos como atitudes coletivas, sistemas de crenças, formas de rituais, entre outros. Conforme o autor, as percepções do social não são neutras, pois, através da análise da documentação é possível perceber a maneira como os atores dão sentido às suas práticas<sup>22</sup>.

<sup>18</sup>BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa na historiografia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

<sup>19</sup>TÉTARD, Philipp. **Pequena História dos Historiadores**. Bauru: EDUSC, 2000. P. 126.

<sup>20</sup>Além de Rémond, outros nomes devem ser mencionados, também participantes desta produção, como Serge Berstein, Jean-Pierre Rioux, Philippe Levillain, Michel Winock, Antoine Prost e Raul Girardet. Alguns deles autores de artigos da obra *Por uma História Política*, organizada por René Rémond e considerada como um manifesto desta Nova História Política, publicada inicialmente em 1989, no Brasil ela foi lançada em 1996, pela Editora da FGV.

<sup>21</sup>CHARTIER, Roger. Op. Cit. Pp. 29-30.

<sup>22</sup>CHARTIER, Roger. Op. Cit. P. 19.

Na interseção entre a Nova História Cultural e a Nova História Política, está a categoria utilizada para esta pesquisa: Cultura Política. Pois, de acordo com as análises da professora Ângela de Castro Gomes, este campo permite “explicações/interpretações sobre o comportamento político de atores individuais e coletivos, privilegiando suas percepções, suas lógicas cognitivas, suas vivências, suas sensibilidades”<sup>23</sup>.

A aproximação entre cultura e política, através da apropriação pela historiografia da categoria acima, possibilita a análise de longa e média duração identificando múltiplas culturas políticas em uma mesma sociedade, mas também observando o caso de uma se sobrepôr às outras. Ainda assim é necessário mencionar que se tem o conhecimento dos debates acerca do conceito, mas se optou por não privilegiá-lo devido à necessidade de coerência e praticidade textual nesta introdução. Ao longo do trabalho, em diálogo com as fontes apresentadas, será possível visualizar esta discussão<sup>24</sup>.

Uma outra questão a ser ressaltada ao longo da dissertação, diz respeito a interdisciplinaridade. O objetivo é tentar fazer uma crítica documental que permita a proximidade com outras disciplinas, como a filosofia da comunicação. Na intenção de abrir os campos das possibilidades de visibilidade e dizibilidade.

Nas culturas políticas, os conflitos impostos pelos códigos culturais demonstram a autonomia dos indivíduos diante das coordenadas do contexto, como se pode observar no caso do trabalhador espancado por gritar “Viva Getúlio Vargas!”. Segundo os estudos do professor Jorge Ferreira<sup>25</sup>, este fato ocorreu em seis de abril de 1945.

Num evento intitulado “noitada democrática”, na Escola Nacional de Música, em Recife. Depois de proferirem discursos exaltando a democratização e insultando Vargas, os presentes começaram a dar “vivas” - entre outras coisas - às eleições livres e ao brigadeiro Eduardo Gomes. Passando pelo local, o jovem Nelson Pinto, de profissão: padeiro, percebeu que se tratava de uma manifestação política, entrou e resolveu também entoar o seu “viva”. “Viva Getúlio Vargas!”, gritou ele. Um estudante se indignou e, por isto, o agrediu fisicamente. Outros se juntaram ao primeiro, nas agressões, e por fim o lançaram da janela do primeiro andar do prédio. Nelson foi levado para o pronto socorro e alguns dias depois, já recuperado, foi recebido pelo próprio Getúlio, no Palácio do Catete. Diante de vários jornalistas, e depois da narrativa dos fatos feita pelo jovem, Getúlio afirmou: “A isso, eles chamam de democracia”.

Esta perspectiva analítica mostra que não é possível averiguar uma situação histórica por

---

<sup>23</sup>GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, R.; BICALHO, Ma. F.; GOUVÊA, Ma. de F. (org.) Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de História. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. P. 30.

<sup>24</sup>Entre outros, entende-se como conceito de cultura política as análises de Berstein, citado por Tétard, em que a história procura investigar as motivações humanas em dado contexto e período. Para maiores detalhes ver: TÉTARD, Philipp. Op. Cit. P. 130.

<sup>25</sup>FERREIRA, Jorge. Op. Cit. P. 27-28.

uma ótica dualista (e simplista), em que os indivíduos são, ora receptores passivos da cultura, ora dotados de total liberdade de pensamento. Por isto, a categoria cultura política destaca-se na análise da história política e cultural. Considerando que o sistema político é transformado a partir das experiências dos sujeitos históricos, esta categoria oferece instrumental teórico para se perceber como ocorreram estas experiências e apropriações do cotidiano.

A metodologia apresentada pela nova história política foi escolhida para a elaboração deste trabalho por remeter a mobilização do cultural, que comporta redes de sociabilidades, procedimentos e práticas eleitorais, como publicidades em jornais, cartazes e comícios. Assim, destaca Rémond:

O indivíduo engajado na política, na escolha de um voto, certamente, está preocupado em salvaguardar seus interesses e o dos grupos ao qual pertence. Mas, há muito mais que isso. Ele tem convicções, ideias e até paixões como a inveja, o ódio, o medo, o imaginário, o sonho, a utopia, a generosidade, e tudo isso, se expressa na política<sup>26</sup>.

Para o âmbito deste trabalho, é preciso considerar que, conforme as análises de Ângela de Castro Gomes<sup>27</sup>, até a década de 1980, a historiografia brasileira interpretava a sociedade e política como tendo a presença de um “artificialismo” partidário, onde o clientelismo tornava a sociedade incapaz de mobilizar os eleitores. Para a autora, desde as décadas de 1950/60 as análises já se davam por concluídas pelas críticas levantadas acerca dos trabalho sobre os partidos.

Fazendo emergir conceitos como *clientelismo*, *coronelismo* e *populismo*. Este último muito disseminado em pesquisas acadêmicas, nos meios de comunicação e no senso comum da população. Tamanha é a dimensão alcançada por sua expressão que o conceito acabou por categorizar os mais diversos personagens e contexto. “Mas, se o 'populismo' teve a sua função, ele igualmente tem uma história”<sup>28</sup>. E, portanto, seu uso não pode ser naturalizado.

Um problema a ser discutido é que os estereótipos se estendem à história política brasileira. Conceitos como “dominação coronelística”, “oligarquia” e mesmo “populismo” (discutido anteriormente), ainda hoje são tomados pelo senso comum para qualificar relações entre político e eleitor estabelecidas em determinados momentos históricos. No entanto, novas pesquisas vêm reconhecendo que é no cotidiano que se gesta a experiência política e não somente no período eleitoral, embora este ainda seja decisivo. Desta maneira, é preciso estar atento para as formas pelas quais o sistema político formal é vivido e apropriado pelos indivíduos, durante as eleições e após, nos governos eleitos.

---

<sup>26</sup>RÉMOND, René. Op. Cit. P. 15.

<sup>27</sup>GOMES, Ângela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge. (org.) O populismo e sua história: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. P. 20.

<sup>28</sup>FERREIRA, Jorge. (org.) Idem. P. 8.

Por isso, as análises aqui desenvolvidas procuraram mobilizar diversos aspectos, como memórias de lugares e de lideranças políticas. Para tentar compreender alguns comportamentos das categorias sociais participantes destes processos democráticos. Pensando como cada grupo social contribuiu para a compreensão de como valores e crenças, comuns a todos, são utilizados para a efetivação de projetos políticos específicos. Isto posto, a conclusão de Ângela de Castro Gomes é esclarecedora:

[...] se a identidade de qualquer grupo não se faz sem recurso a “seu” passado, e se esse processo é dinâmico, mas não arbitrário, torna-se matéria de particular valor para o historiador compreender as leituras de passado que as memórias coletivas empreendem, sobretudo se estão relacionadas a políticas governamentais explicitamente dirigidas ao enquadramento da memória nacional<sup>29</sup>.

O trabalho ora apresentado foi dividido em três capítulos. O primeiro capítulo, chamado *A desarticulação da 'máquina' do PSD* trata do momento em que o PSD, criado sob a égide do Estado Novo, começa a perder sua força política. Tendo sido estruturado através do mandonismo local. A partir disto, com o apoio das esquerdas, a UDN começa a se apresentar como uma alternativa a este velho mandonismo pessedista. O segundo capítulo, *A udenização do PSD*, tratará especificamente da desarticulação do PSD, até a ascensão da Frente do Recife (coligação oposicionista), com a vitória de Pelópidas Silveira na eleição à prefeitura do Recife, em 1955 (mil novecentos e cinquenta e cinco). Então, o terceiro capítulo, *Modos de fabricação de uma campanha eleitoral*, mostrará como esta Frente se consolida com a vitória nas eleições ao governo do estado.

Em 1958 (mil novecentos e cinquenta e oito), ano desta eleição, a UDN apresentava-se como o grupo político melhor organizado para impedir as estratégias eleitoreiras do PSD. Isto se deu, entre outras coisas, pela organização do Movimento de Recuperação, efetivado entre os anos de 1956 (mil novecentos e cinquenta e seis) e 1957 (mil novecentos e cinquenta e sete), no qual foram criados órgãos de classe nas cidades do interior, realocando as forças políticas e enfraquecendo os “coronéis” pessedistas.<sup>30</sup>

Ao longo deste trabalho serão demonstrados aspectos que assinalam a participação de diferentes grupos que se mostram hoje como naturalizados nas campanhas eleitorais, a saber: políticos, partidos, publicitários ou agências de publicidade e populares. Esses fenômenos, entretanto, são portas de entrada para se investigar como os agentes sociais operacionalizam a cultura política particular desse tempo-espço.

Este momento foi estratégico do ponto de vista de aprendizagem política experimentado

---

<sup>29</sup>GOMES, Ângela de Castro. **Cultura política e cultura histórica no Estado Novo**. In: Abreu, M. Soihet, R. E Gontijo, R. Cultura Política e Leituras do Passado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. P. 50.

<sup>30</sup>Os detalhes sobre o Movimento de Recuperação serão apresentados no segundo capítulo deste trabalho.

pelos agentes sociais listados acima. A ampliação do número de eleitores e da participação popular propiciou um maior investimento em propaganda para a conquista destes votos.

O que importa aqui é salientar que mesmo com as tradicionais práticas clientelistas, as fraudes eleitorais e os episódios de violência, o período de 1946 (mil novecentos e quarenta e seis) a 1964 (mil novecentos e sessenta e quatro), do qual em parte é aqui narrado, pode ser considerado como a primeira experiência democrática, conforme orientação proposta por José Murilo de Carvalho. Para o autor:

A Constituição de 1946 manteve as conquistas sociais do período anterior e garantiu os tradicionais direitos civis e políticos. Até 1964, houve liberdade de imprensa e de organização política. Apesar de tentativas de golpes militares, houve eleições regulares para presidente da República, senadores, deputados federais, governadores, deputados estaduais, prefeitos e vereadores. Vários partidos políticos nacionais foram organizados e funcionaram livremente dentro e fora do Congresso, à exceção do Partido Comunista, que teve seu registro cassado em 1947. [...] Foram mais de dez anos de intensa luta política que poderiam ter resultado na consolidação democrática, mas que terminaram em derrota dos herdeiros de Vargas e também do primeiro experimento democrático da história do país<sup>31</sup>.

Esta democracia ainda não incluía o voto do analfabeto e foi marcada, como analisa Carvalho, pela exclusão do Partido Comunista das disputas. Contudo, é preciso considerar que, a despeito das fraudes eleitorais, episódios de violência e práticas clientelistas, no Brasil, no período de 1945 (mil novecentos e quarenta e cinco) a 1964 (mil novecentos e sessenta e quatro) houve a existência de partidos nacionais e alternâncias no poder. Características daquilo que a historiografia tradicional chama de experiência democrática.

---

<sup>31</sup> CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. P. 127 e 131.



## CAPÍTULO 1

### A desarticulação da “maquina” do PSD

#### 1.1 Estrutura e atuação da “máquina”

A história do Partido Social Democrata (PSD) em Pernambuco inicia, como nos demais estados do país, em 1945 (mil novecentos e quarenta e cinco), com o fim do Estado Novo. Organizado sob a chefia dos interventores estaduais, foi em 17 (dezessete) de julho de 1945 (mil novecentos e quarenta e cinco) a sua primeira convenção, quando elegeu o seu diretório nacional, composto por Getúlio Vargas, como presidente, e por seus principais assessores do Estado Novo, para o lançamento de Eurico Dutra à presidência da República. Em 9 (nove) de julho, a convenção estadual já havia eleito Agamenon Magalhães, que viria a ser secretário do diretório nacional, como seu presidente local<sup>32</sup>.

Para Lúcia Hippolito, “o PSD foi o mais importante partido do regime da Constituição de 1946 (mil novecentos e quarenta e seis). Por sua atuação e influência na própria dinâmica do processo político, pode-se dizer que o PSD deu o tom da política brasileira do período”<sup>33</sup>. Segundo a autora, este partido teria sido a espécie *centro de estabilidade* do sistema partidário pluralista, entre as forças centrípetas da União Democrática Nacional (UDN) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Na primeira década da experiência democrática pluripartidária, é possível notar o vigor eleitoral do PSD. A exemplo das eleições de dezembro de 1945, quando o partido ocupou dez, das dezenove vagas disponíveis para a Câmara Federal, quanto as demais cadeiras, quatro foram ocupadas pela UDN e três pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Democrático Cristão (PDC) e o Partido Republicano (PR), elegeram um deputado, cada<sup>34</sup>. Além disto, os dois senadores eleitos no estado, Antonio de Novaes Filho e Etelvino Lins, eram filiados ao PSD.

A dinâmica partidária em Pernambuco, entretanto, não se apresenta de forma tão simplista. Analisando o Relatório Final do TRE desta mesma eleição, na concorrência à presidência da República, é possível perceber como a cultura política pernambucana respondeu ao aparelho burocrático da interventoria estado novista, remanescente no partido. Yedo Fiúza, candidato pelo PCB, vence no Recife. Com quarenta e um por cento dos votos válidos, ele tem o maior número

---

32

PANDOLFI, Dulce Chaves. **Pernambuco de Agamenon Magalhães: consolidação e crise de uma elite política**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco – Editora Massangana, 1984. P. 96.

<sup>33</sup> HIPPOLITO, Lúcia P. **De raposas e reformistas: O PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. P. 37.

<sup>34</sup> Relatório do TRE de Pernambuco. Recife – 1946.

absoluto de votos em quatro das sete zonas eleitorais<sup>35</sup>.

Em Pernambuco, vale salientar que as outras três zonas tiveram suas maiores votações dedicadas ao candidato da UDN, Brigadeiro Eduardo Gomes. E que o vencedor no estado, o General Eurico Gaspar Dutra, fez-se com os votos do interior, tendo ficado em terceiro lugar na capital. Sobre esta postura do eleitorado recifense, a pesquisadora Zélia Gominho afirma:

Temos uma memória social que se alimenta de uma cultura, de uma tradição, que manifesta em Pernambuco e, particularmente, no Recife, uma predisposição natural pela revolta, pela contestação; considera-se a luta contra o invasor holandês; a Guerra dos Mascates; as lutas libertárias do século XIX; a participação popular no Movimento de Trinta, como exemplos desse espírito leonino de Pernambuco, o Leão do Norte. Intelectuais, poetas e autoridades alimentavam essa imagem do Recife tanto no sentido do orgulho pernambucano pela capacidade de luta, quanto como um ambiente propício à revolta no sentido de ameaça à ordem social<sup>36</sup>.

De acordo com o professor Antônio Paulo Resende<sup>37</sup>, o movimento operário em Recife já se organizava desde o fim do século XIX. E no ano de 1917, emblemático para o movimento operário internacional, trabalhadores de diversas categorias organizadas promoveram uma grande mobilização grevista<sup>38</sup>. Além disso, no dia 1º de Maio de 1934, o jovem Cristiano Cordeiro organizou a conferência “Ideais Socialistas”. Cristiano Cordeiro havia sido eleito deputado federal, para a Câmara que redigiria a Constituição de 1946, sob a legenda União Operária e Camponesa, com o lema “Trabalhador, ocupa teu posto!”. Mas, numa manobra de Agamenon Magalhães, Cristiano foi impedido de ser diplomado<sup>39</sup>.

Socialismos, comunismos, anarquismos – no plural, pois as tonalidades são bem variadas – são fenômenos, geralmente, próprios dos grandes centros urbanos; ideários que buscam justificar a luta do proletariado em prol de melhores condições de vida, trabalho e participação política. No Recife não foi diferente. A presença de ideias e ideais socialistas no ambiente operário desde o final do século XIX já foi matéria de produção historiográfica, na qual se estuda tentativas de organização de classe e/ou categoria profissional: os trabalhadores das docas foram os primeiros a mobilizar uma greve, em 1812<sup>40</sup>.

---

<sup>35</sup> Uma outra questão, com relação as eleições de 1945, também merece ser evidenciada. Em Natal, no Rio Grande do Norte, Yeddo Fiúza também vence com maioria absoluta. Segundo Jailma Lima, jornal *A Ordem* acusa os partidos de terem uma atuação nula contra o comunismo e de passarem a discutir questões pessoais, no lugar de analisar os rumos das campanhas eleitorais. Salienta-se, neste momento, já a importância da conquista do poder via urnas. Ver: LIMA, Jailma Maria de. **Partidos, candidatos e eleitores: o Rio Grande do Norte em campanha eleitoral (1945-1955)**. Tese. UFF. ICHF. História. 2010. P 98.

<sup>36</sup>GOMINHO, Zélia de Oliveira. Op. Cit. P. 215.

<sup>37</sup>RESENDE, Antônio Paulo. Primeiras Ideias Socialistas em Pernambuco. **Cadernos de História 1. Manifestações Operárias e Socialistas em Pernambuco**. Recife: Departamento de História. UFPE, 1987. In: GOMINHO, Zélia de Oliveira. Op. Cit.

<sup>38</sup>MOREIRA, Aluisio Franco. A greve de 1917 em Recife. Idem. *Ibidem*

<sup>39</sup>CAVALCANTE, Paulo. **O caso eu conto como o caso foi: da Coluna Prestes à queda de Arraes**. 3ª ed. Recife: Guararapes, 1980. Pp. 121-130.

<sup>40</sup>GOMINHO, Zélia de Oliveira. Op. Cit. P. 233.

Estes são alguns dos exemplos que fazem do Recife, como Zélia afirma no título de sua tese, uma “Cidade Vermelha”. A vitória de Dutra no estado, no entanto, mostra que esta postura política, restringia-se à capital e, de forma menos expressiva, à região metropolitana, tradicionalmente áreas mais industrializadas e, portanto, com maior possibilidade da influência do Movimento Operário. No interior do estado, a política era regida pelo mandonismo local<sup>41</sup>.

Para entender esta diferença entre as culturas políticas do interior e da capital do estado, pode-se tomar como exemplo a vigésima segunda zona eleitoral<sup>42</sup>, sediada no município de Limoeiro, no Agreste de Pernambuco, distante 67 (sessenta e sete) quilômetros do Recife. Nesta cidade, o candidato à presidência do PSD, venceu com oitenta e três por cento dos votos.

Dos 4.894 (quatro mil, oitocentos e noventa e quatro) votos válidos, o candidato da UDN obteve 666 (seiscentos e sessenta e seis), enquanto o candidato do PCB, que venceu no Recife, obteve em Limoeiro somente 165 (cento e sessenta e cinco) votos. Mas, importante aqui é notar que este resultado não trata de um caso isolado, e sim apresenta-se como um exemplo comum ao momento histórico em Pernambuco.

Conforme as memórias do ex-pessedista Oswaldo Lima Filho<sup>43</sup>, em Pernambuco, “o PSD era um partido representativo dos proprietários rurais. Por isso reuniu em geral pessoas de largo poder econômico que no exercício das prefeituras haviam alcançado influência à sombra do poder estatal”. Ou seja, a máquina pessedista, montada sob os projetos sociais e agências de decisão criados durante o Estado Novo mostrou-se uma grande geradora de votos.

O conceito de “máquina política”, utilizado tanto no título deste capítulo, quanto em seu corpo, dialoga com as pesquisas feitas pelo cientista político Eli Diniz<sup>44</sup>. Para o autor, o primeiro conceito de “máquina política” teria sido apresentado por Raymond E. Wolfinger, ainda na década de 1970, para quem:

as máquinas encarnariam o lado perverso da prática política, procurando conquistar e manter o poder através basicamente do recurso a métodos pouco lícitos, quando não abertamente ilegais. Seus objetivos confundir-se-iam com os interesses privados de seus líderes, que, motivados por perspectivas de ganhos pessoais, desconsiderariam quaisquer preocupações de ordem mais geral, ligadas à defesa dos interesses coletivos e do bem público. Tais

---

<sup>41</sup>O conceito de mandonismo local é matéria de estudo na Historiografia. O uso deste termo dialoga com obras como as de Isaura Queiroz e José Murilo de Carvalho. Vide QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. **O mandonismo local na vida política Brasileira e outros ensaios**. Editora Alfa-Omega, 1976. E CARVALHO, José Murilo. **Pontos e bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte: editora UFMG, 1998.

<sup>42</sup>Conforme Relatório do TRE de Pernambuco. Recife – 1946.

<sup>43</sup>LIMA FILHO, Oswaldo. **Política Brasileira, 1945-1990: uma visão nacionalista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. P. 50.

<sup>44</sup>DINIZ, Eli. **Voto e máquina política: Patronagem e Clientelismo no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

metas, por outro lado, pertenceriam ao domínio da boa política. Finalmente, as técnicas típicas da máquina seriam o suborno, a corrupção, a fraude, a coação, ou ainda a manipulação eleitoral<sup>45</sup>.

É possível perceber que este conceito apresenta-se como uma espécie de denúncia, pelo seu tom moralista. Ainda assim, apresentando a história deste conceito, Eli Diniz conclui que, mesmo não precisando recorrer às práticas ilícitas, a máquina política se faz baseada em relações diretas, de clientela, “entre os representantes locais e os eleitores de um quarteirão”<sup>46</sup>. O que vem, em certa medida, corroborar as observações já apresentadas sobre mandonismo local.

Retomando, portanto, o exemplo já apresentado da cidade de Limoeiro, pode-se falar que o seu “coronel” Francisco Heráclio foi um dos casos mais proeminentes de mandonismo local em Pernambuco. Sobre este caso, Márcio Vilela<sup>47</sup> apresenta uma análise das práticas políticas deste personagem entre os anos de 1945 e 1955. Em 1953, por exemplo, numa entrevista ao jornalista Darwin Brandão, o “coronel” é indagado sobre como se realizam as eleições na sua cidade. Mencionando as eleições presidenciais de 1950, quando Cristiano Machado, apoiado pelo PSD, disputou com Getúlio Vargas, candidato pela coligação PTB-PSP, Heráclio afirma:

Na última gastei perto de 500 contos. Venci em toda linha e foi um dos poucos municípios do Brasil onde Cristiano Machado teve quase unanimidade dos votos. O processo é muito simples. Eu e mais alguns amigos damos transporte aos eleitores. Mando um boi para cada seção eleitoral e às vezes mando cachaça para depois das eleições. Não admito fiscal de nenhum partido. Eleição em Limoeiro tem que ser feita por mim. Sempre fiz e nunca me dei mal<sup>48</sup>.

Observando a descrição do processo eleitoral realizado em Limoeiro, pela perspectiva da máquina política, algumas inferências merecem ser citadas. O “coronel” inicia sua fala mensurando seus gastos, e os resultados obtidos com eles, numa espécie de relação direta de compra e venda de um produto qualquer.

A questão do transporte é relevante para a época, visto que os eleitores moravam, em sua maioria, distantes dos locais de votação. Este problema chega a ser citado pelo relator do TRE, já na eleição de 1958. Para ele,

“no interior os eleitores tem que ser transportados de grandes distâncias. E por não haver transportes públicos, costuma-se improvisar, usualmente

---

<sup>45</sup>Idem. P. 24.

<sup>46</sup>Idem. Ibidem. P. 26.

<sup>47</sup> VILELA, Márcio Ananias Ferreira. **A construção de um líder político: Francisco Heráclio do Rego. Limoeiro, 1945-1955.** Dissertação de Mestrado. UFPE. CFCH. 2008.

<sup>48</sup>Chico Heráclio nos seus domínios: nunca matei ninguém! **Revista Manchete**, nº 65. Rio de Janeiro, 18 de julho de 1953. Pp. 52,53. Biblioteca da Pós-Graduação em História da UFPE. In: MÁRCIO VILELA P. 131.

caminhões de cargas para este fim. Apesar deste tipo de transporte ser proibido por lei, conforme o Código de Trânsito, ele acontece comumente o ano todo. Entretanto, em dias de eleição as autoridades policiais sentem-se, estranhamente, na obrigação de cumpri-lo”<sup>49</sup>.

O problema levantado pelo relator é que este súbito zelo pelo cumprimento da lei só se dá com relação aos “caminhões que transportam eleitores não simpatizantes da chefia política local de cada município”<sup>50</sup>. E que isto seria, portanto, considerado um entrave à liberdade do eleitor. O TRE, segundo o relatório, chegou a recomendar às autoridades locais que não impedissem os transportes com pretextos que eram ignorados durante o resto do ano.

Outro ponto que chama atenção na fala de Chico Heráclio é a oferta de boi e cachaça às seções eleitorais, assim como a não admissão de fiscais “de nenhum partido”! Ou seja, pela sua fala, nem mesmo seus correligionários poderiam intervir em sua região de mando. Com isto, pode-se notar o suborno e a coação como sustentáculos deste sistema.

Sua última frase chega a ser emblemática, como se ele tivesse consciência da ilegalidade de suas práticas e segurança na manutenção delas, ou seja, ele se coloca acima da lei ou como se ele mesmo fosse esta lei. Isto mostra que o cenário político de Pernambuco está inserido em reajustamentos históricos mais complexos, a saber, a mudança de regime político, com o fim do Estado Novo e a ascensão da democracia, em meio à persistência de dispositivos ditatoriais e às práticas autoritárias.

Sendo as dinâmicas eleitorais o fio condutor deste trabalho, o exemplo da cidade Limoeiro, e seu “coronel” Chico Heráclio, oferece um microcosmo das práticas políticas neste período. Entende-se que os jogos políticos são mais complexos e com uma duração maior que os períodos das campanhas, envolvendo arranjos intra e supra partidários.

Ainda assim, é importante mencionar que Jacques Revel<sup>51</sup>, analisando o trabalho de Giovanni Levi, afirma que a experiência de um grupo restrito é “mais esclarecedora porque é mais complexa e porque se inscreve no maior número de contextos diferentes”<sup>52</sup>. Desta forma, analisar as experiências democráticas de localidades específicas pode oferecer uma maneira de compreender o período histórico como um todo.

## 1.2 Pernambuco com sinais trocados

---

<sup>49</sup>Relatório TRE 1958. P. 29.

<sup>50</sup>Idem. P. 29.

<sup>51</sup>REVEL, Jacques. **Jogos de Escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

<sup>52</sup>Idem. Ibidem. P. 32.

Fundada também em 1945, a UDN surgiu como uma aglutinação de forças oposicionistas a Getúlio Vargas.

O espírito de luta contra o Estado Novo e contra Getúlio Vargas, em suas várias encarnações, das mais idealistas às mais pragmáticas, formou, plasmou e reuniu os diversos grupos que se comporiam no partido da “eterna vigilância”. Foi, portanto, como um movimento – ampla frente de oposição, reunião de antigos partidos estaduais e alianças políticas entre novos parceiros – que surgiu a União Democrática Nacional<sup>53</sup>.

Em Pernambuco, entretanto, suas pretensões expansionistas a levariam a unir-se com o PTB, partido de Getúlio e, portanto, seu inimigo histórico. O udenista Oswaldo Trigueiro, em entrevista a Maria Vitória Benevides, afirma que a imagem nacional da UDN não coincidia com as práticas das seções estaduais, pois estas tinham autonomia para escolherem seus candidatos e formar as alianças políticas que lhes fossem mais interessantes<sup>54</sup>.

Embora coubesse ao Diretório Nacional o registro dos candidatos do partido para as eleições estaduais, havia, permanentemente, uma total autonomia dos diretórios regionais para fazer coalizões, selecionar candidatos, angariar e utilizar recursos financeiros, organizar e desenvolver campanhas eleitorais e outras. A pesquisa de Lúcia Lippi sobre o PSD (1973) revelou a semelhança, em termos dessa autonomia, entre os dois partidos; no caso do PSD a autonomia das seções estaduais era tal que um “rebelde”, se ganhasse a eleição, seria novamente incorporado ao partido. Para a UDN, lembre-se, ainda, que o fortalecimento da autonomia municipal sempre foi tema de seus programas, e não apenas como artigo de retórica; a defesa da autonomia dos municípios de Santos (SP) e do então Distrito Federal (RJ), por exemplo, foi uma constante na atuação parlamentar udenista<sup>55</sup>.

Observando estas circunstâncias, é possível entender porque em 1950 (mil novecentos e cinquenta) o PTB apoia João Cleofas (UDN) para governador, contra Agamenon Magalhães. Além disso, o apoio do PTB interessava à Vargas, porque seu partido foi inexpressivo eleitoralmente no estado<sup>56</sup>. A união UDN e PTB foi positiva para o presidente, que venceu esta eleição no estado, mas não foi para João Cleofas, pois Agamenon Magalhães conseguiu ficar com a governadoria.

Mais uma vez, o PSD demonstra sua eficiência eleitoral, no entanto, o perfil da cultura política pernambucana – o mandonismo local, expresso nas forças do interior do estado, agindo conforme as articulações da máquina do PSD – apresentado anteriormente, fica à olhos vistos. A

---

<sup>53</sup> BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o udenismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. P. 23.

<sup>54</sup> Idem. P. 167.

<sup>55</sup> Idem. Ibidem.

<sup>56</sup> D'ARAUJO, Maria Celina. **O segundo governo Vargas. 1950-1954: Democracia, Partidos e Crise Política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. P. 68.

vitória de Agamenon Magalhães se deu pela diferença de votos do interior. E para o ex-interventor, com esta resposta das urnas, o Recife passaria a ser a “cidade cruel”<sup>57</sup>. A derrota de Cleofas lhe rendeu o Ministério da Agricultura, não sem a oposição do diretório nacional da UDN, e este passou a ser um elemento-chave para Getúlio interferir na política de Pernambuco.

O ano de 1952 pode ser considerado como o marco inicial da desarticulação do PSD. Pois o seu político mais proeminente, e então governador, Agamenon Magalhães morre. Para Ricardo Gama Neto:

A morte de Agamenon pegou todos os partidos políticos de surpresa, e conjuntamente a esta, o fato de que estavam sem condições de se organizar em tão pouco tempo para uma disputa eleitoral daquele porte. O PSD, como partido-máquina, estava impossibilitado de utilizar a estrutura do aparelho de estado em seu benefício, o governo estava sem recursos financeiros, a seca e os problemas de relacionamento com o governo federal haviam 'limpado o caixa'. Além disso, o empresariado local que contribuía para a campanha dos partidos não tinha como levantar dinheiro para uma campanha eleitoral tão rapidamente. Por causa disto, logo após o enterro de Agamenon Magalhães, vários políticos pessedistas revitalizaram a ideia de um candidato comum dos partidos políticos, devia-se evitar o confronto eleitoral<sup>58</sup>.

Vale ressaltar que a UDN ainda não havia conseguido se estruturar de forma satisfatória para vencer o PSD em uma disputa eleitoral, mesmo tendo um representante local no Ministério do governo Vargas, esta relação demoraria a render os frutos requeridos pelo partido. Assim, os dois meses que separam a morte de Agamenon das eleições para governador do Estado<sup>59</sup>, foram suficientes para Etelvino Lins, que até então se opunha à Agamenon, apresentar-se como seu herdeiro político e lançar a sua candidatura ao governo num consenso entre praticamente todos os partidos<sup>60</sup>.

A união PSD e UDN em Pernambuco pode parecer estranha se tomada por uma perspectiva determinista da história, afinal, dois partidos que surgiram para se opor um ao outro não poderiam formar uma aliança. No entanto, a situação dos dois partidos assemelhava-se ao “Dilema do Prisioneiro”<sup>61</sup> da teoria dos jogos. Como atesta esta análise, a melhor solução para os dois partidos

<sup>57</sup> PANDOLFI, Dulce Chaves. Op. Cit. P. 131.

<sup>58</sup> GAMA NETO, Ricardo Borges. **A política da insensatez: O Desmonte da Máquina Pessedista (1952-1958)**. Dissertação de Mestrado. UFPE. CFCH. Ciência Política, 1995.P. 133.

<sup>59</sup> Agamenon Magalhães morre em 24 de agosto de 1952. “Pelo fato de não existir na época, em Pernambuco, o cargo de vice-governador, o presidente da Assembleia Legislativa, Torres Galvão, assume provisoriamente a chefia do Estado, e as eleições governamentais são marcadas para 23 de outubro do mesmo ano”. PANDOLFI. Dulce Chaves. P. 147.

<sup>60</sup> Etelvino Lins é lançado candidato pela Coligação Pernambucana, formada pelos partidos PSD, UDN, PDC, PTB, PR, PL, PRP, PSP, PST e PTN.

<sup>61</sup> A “teoria dos jogos” lida, em geral, com a análise de interações estratégicas. Utilizada tanto para negociações políticas, quanto para comportamentos econômicos. O “dilema do prisioneiro” consiste no jogo em que dois prisioneiros, comparsas de um crime, eram interrogados separadamente. Cada prisioneiro tinha uma escolha de confessar o crime e envolver o outro, ou negar sua participação. Se apenas um confessasse ele seria liberado e o outro seria preso por 6 meses. Se ambos confessassem, ambos passariam 3 meses na prisão. E se nenhum confessasse, ambos passariam 1 mês devido a aspectos burocráticos. Portanto, esta análise mostra que uma ação conjunta, traz perdas menores que uma competição egoísta. Vide: VARIAN, Hal R. **Microeconomia: princípios básicos**. Rio de Janeiro:

seria a cooperação, pois uma competição poderia levar ao desgaste coletivo. Com a incerteza dos resultados mediante um confronto eleitoral, a aversão ao risco os levou a esta aliança, repetindo, deterministicamente impensável.

Com o acordo suprapartidário, a vitória de Etelvino Lins mostrava-se incontestada. A não ser pelo fato de 20 (vinte) dias antes do pleito o Jornalista Osório Borba, lançar sua candidatura pelo PSB, com o apoio do Partido Comunista, que mesmo na ilegalidade apresentava-se de forma cada vez mais expressiva no Estado, principalmente na capital<sup>62</sup>. A eleição de 23 (vinte e três) de outubro de 1952 (mil novecentos e cinquenta e dois) mostrou toda a expressão da elite pernambucana.

O candidato socialista teve sua campanha impedida no interior, vindo a obter uma votação inexpressiva, e em algumas cidades nem sequer um voto. Entretanto, numa espécie de prenúncio da nova ordem partidária que estaria por se consolidar nas eleições seguintes, Osório Borba conseguiu excelente votação nas cidades de Jaboatão dos Guararapes e de Paulista, chegando a vencer em Olinda e em Recife, ou seja, as esquerdas começavam a mostrar a sua força eleitoral na capital e na região metropolitana<sup>63</sup>.

Deve-se observar que esta vitória do PSD, através da aliança feita com a UDN lhe custaria cargos importantes na administração do governo e, por conseguinte, uma desarticulação da máquina pessedista, pois um destes cargos – o de 1º delegado auxiliar, assumido pelo udenista Melquíades Montenegro – daria a UDN o poder de repressão política do aparelho de Estado. Entretanto, este fenômeno de alianças partidárias, como poderá ser notado nas dinâmicas eleitorais a serem apresentadas ao longo deste trabalho, são características do sistema partidário democrático. Analisando a formação destas alianças no nível nacional, Lúcia Oliveira afirma:

Em 1950 aquelas [alianças] receberam 20% dos votos válidos, nas eleições de 1962 já eram quase 50%. As coligações eram um elemento importante do processo político e não obstante confundiram a identidade institucional dos partidos, enfraquecendo assim suas ligações com a base eleitoral, normalmente não chegavam a criar maiores divergências internas nas agremiações. Agora, quando as alianças eleitorais eram substituídas por acordos interpartidários a dinâmica partidária alterava-se e produziam-se sérios conflitos. Os problemas gerados por estas uniões entre partidos foram responsáveis por graves crises internas no interior do PSD quanto na UDN<sup>64</sup>.

Etelvino Lins não consegue colocar em prática seu plano de vencer as rivalidades e assim prosseguir com a velha estrutura de governo. Além disso, em 1954, nas eleições para governador, novamente a UDN lança um candidato em oposição ao PSD.

---

Campus, 2000. Pp. 529-544.

<sup>62</sup>MONTENEGRO, Antonio Torres e SANTOS, Taciana Mendonça. **Lutas políticas em Pernambuco: A Frente do Recife chega ao poder (1955-1964)**. In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. *As esquerdas no Brasil. Vol. 02. Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. P. 454.

<sup>63</sup>GAMA NETO, Ricardo Broges. Op. Cit. P. 135.

<sup>64</sup>OLIVEIRA, Maria Lúcia Lippi. **Op. Cit.** Rio de Janeiro: IUPERJ, 1973. P. 138.

O nome proposto pela UDN no estado era o de João Cleofas, com o apoio de Vargas. Foram necessárias duas convenções para que sua candidatura fosse homologada. Seu nome é posto sob suspeita, pois, por diversas vezes, ele havia negado o interesse em se candidatar, chegando a oferecer, publicamente, apoio ao candidato do PSD, Cordeiro de Farias. Do lado pessedista, o seu candidato, o General Cordeiro de Farias, um anti-getulista e simpatizante da UDN, aceita o convite de Etelvino Lins e lança-se candidato a governador.

Os arranjos partidários para esta eleição se deram da seguinte forma: do lado de Cordeiro de Farias: o PSD, PDC, PL (Partido Liberal), PSP (Partido Social Progressista), PRT (Partido Republicano Trabalhista) e a dissidência udenista – apoiados pela Direção Nacional da UDN – compondo a Coligação Pernambucana. E do lado de João Cleofas: a UDN, o PST (Partido Social Trabalhista), a dissidência pessedista e o PTB – que passou a apoiar o candidato udenista por exigência de Vargas<sup>65</sup>.

A historiografia<sup>66</sup> existente sobre esta temática concorda que Pernambuco apresenta-se com os “sinais trocados” diante do cenário político nacional. A sessão estadual da UDN, ao lançar um candidato próprio, aproximava-se do PSD nacional e de Getúlio Vargas e, desta forma, se tornava incompatível com a UDN nacional. Enquanto o PSD local vivia uma situação semelhante, passara a se identificar muito mais com a UDN nacional do que com PSD nacional.

Deve-se notar que além das forças já citadas, que apoiaram João Cleofas, o PSB e o PCB, este na ilegalidade, também participaram desta aliança. Conforme narra Paulo Cavalcante, a intenção do PCB nesta disputa era a “ânsia de derrotar as forças retrógradas do pessedismo”<sup>67</sup>. Além disso, os partidos (e alas dissidentes) que apoiaram o udenista organizaram-se no chamado Movimento Popular Autonomista, sob o qual, pode-se dizer que foi de suma importância para a consolidação eleitoral das esquerdas em Pernambuco<sup>68</sup>.

Durante a campanha eleitoral, a mudança de postura de João Cleofas – de inicialmente apoiar a candidatura do pessedista e em seguida lançar-se candidato – deu o mote para a frase que Cordeiro de Farias usaria como uma espécie de lema de campanha. Nos comícios, o candidato termina seus pronunciamentos com a frase: “a minha palavra é uma só”. Numa alusão ao comportamento do seu oponente<sup>69</sup>.

Oswaldo Lima Filho lembra que, com a aproximação das eleições, a violência policial

---

<sup>65</sup>GAMA NETO, Ricardo Borges. Op. Cit. P. 152.

<sup>66</sup>Dulce Pandolfi, José Arlindo Soares, Lúcia Hippólito, Maria Victória Benevides e Ricardo Borges Gama Neto, são alguns dos autores que tem esta perspectiva analítica e já foram citados neste texto.

<sup>67</sup> CAVALCANTE, Paulo. **O caso eu conto como o caso foi: da Coluna Prestes à queda de Arraes**. 3ª ed. Recife: Guararapes, 1980. P. 268.

<sup>68</sup>Sobre a atuação deste movimento, haverá uma análise mais detida no próximo item deste capítulo, pois ele formará a base partidária vitoriosa na eleição municipal de 1955. Mas para entendê-lo a fundo, sua formação, função e atuação, vale consultar a Dissertação de Mestrado de Taciana Santos, defendida em 2008, no Programa de Pós-Graduação em História da UFPE.

<sup>69</sup> LIMA FILHO, Oswaldo. Op. Cit. P. 86.

contra a oposição cresceu consideravelmente. Nas cidades de Macaparama, Limoeiro, Itapetim e Sertânia, os comícios de João Cleofas só poderiam ser realizados se não contivessem críticas ao governador do estado<sup>70</sup>. Paulo Cavalcante rememora um comício no bairro do Zumbi, na cidade do Recife, que foi dissolvido à força pela polícia civil. Onde foram espancados populares, políticos e jornalistas<sup>71</sup>.

Quanto às violências praticadas pela polícia, é necessário notar que suas ações pareciam não estar alinhadas com o discurso do governador Etelvino Lins, pois este, em coletiva de imprensa, havia negado que em Pernambuco se instalara um estado policial<sup>72</sup>.

Talvez, este estado não houvesse mesmo se instalado, pois não haveria uma ordem explícita por parte da governadoria, e então, ter-se-ia que supor uma aparente autonomia política da polícia. Mas a História não se escreve com suposições e especulações, e sim com análises de documentos e da historiografia disponível sobre o tema. E quanto a isto, a possibilidade de inferência é que esta aparente contradição entre o discurso do governador e a prática do aparelho repressivo do Estado foi útil aos interesses da candidatura pessedista, afinal ao leitor comum dos jornais passava-se a sensação de uma eleição pacífica.

Esta tranquilidade, no entanto, não poderia ser notada no dia 3 de outubro de 1954, dia da eleição. A violência política, com casos de coação física sobre partidários de João Cleofas foi registrada em vários municípios. O plano do governo era...

... liberdade eleitoral nos municípios certos para Cordeiro; nos distritos, sedes, isto é, nas cidades cabeça de municípios – coação branda, devido à presença do juiz. Em todos os demais distritos, então coação forte, e tanto mais sem rebuços quando fizesse perigar a vitória cordeirista<sup>73</sup>.

O resultado desta eleição pode ser observado no quadro abaixo:

Tabela nº 1: Resultado da Eleição para governador de 1954.

	RECIFE	INTERIOR	TOTAL
Osvaldo Cordeiro de Farias (PSD/PSP)	66.741	172.261	239.315
João Cleofas de Oliveira (UDN/PTB)	71.664	132.952	203.611

Fonte: Relatório do TRE. Recife, Janeiro de 1955.

Note-se que a vitória de Cordeiro de Farias se deu pela diferença de votos no interior. A vitória de João Cleofas na capital, portanto, mostrava-se como um prenúncio dos resultados que viriam a ser alcançados pelo Movimento Autonomista de Pernambuco: a autonomia política da cidade do Recife e a vitória de seu candidato na primeira eleição para prefeito. Vale dizer que das

<sup>70</sup>Idem. P. 87.

<sup>71</sup>CAVALCANTE, Paulo. Op. Cit. P. 266.

<sup>72</sup>Jornal do Comércio. Recife, 23/09/54. In: GAMA NETO Op. Cit. P. 155.

<sup>73</sup>Jornal do Comércio. Recife, 10/10/1954. In: GAMA NETO. Op. Cit. P. 157

nove zonas eleitorais do Recife Cleofas vence em seis, sendo a maioria delas localizadas em bairros populares como Casa Amarela, Alto José do Pinho ou Vila Tamandaré<sup>74</sup>.

No dia 31 de janeiro de 1954, Cordeiro de Farias foi empossado no cargo de governador do estado. Conforme as memórias de Luiz da Câmara Cascudo:

Quando ele ganhou a campanha, há uma frase inclusive que ficou no ar, nessa campanha. Cleofas em seu discurso dizia que os pernambucanos queriam um pernambucano e paisano, paisano é um termo de gíria militar, que significa civil. “Precisamos de um governador que seja pernambucano e paisano”. Porque Cordeiro era gaúcho e militar. Tanto que quando Cordeiro ganhou, que fez o discurso de posse, a frase final do discurso dele foi o seguinte: “E quando tudo isso passar e eu exercer meu governo, os pernambucanos verão que de militar e gaúcho, ninguém será tão pernambucano e paisano quanto eu”<sup>75</sup>.

Luiz Fernando da Câmara Cascudo, autor da fala acima, foi jornalista do Diário de Pernambuco, na década de 1950 (mil novecentos e cinquenta). Sua responsabilidade no jornal era cobrir as atividades militares no Recife e foi através deste trabalho que ele haveria conhecido Cordeiro de Farias quando este ainda era o comandante do Exército no estado. Segundo o jornalista, ele veio a se aproximar do general, por ter que consultá-lo diariamente, para que pudesse escrever as suas matérias. Cascudo também afirmou que, devido a esta proximidade, quando Cordeiro de Farias venceu o pleito de 1954 (mil novecentos e cinquenta e quatro), o convidou para assumir a assessoria de imprensa do governo do estado.

A limitação desta pesquisa não permitiu saber se João Cleofas havia pessoalmente dito a afirmação mencionada por Câmara Cascudo, para que ele elaborasse esta memória da afirmação final do discurso de posse de Cordeiro de Farias. Todavia, “o foco não seria mais a verdade em si, ou o objeto, mas as relações, os regimes enunciados”<sup>76</sup>. Ou seja, a memória particular de Câmara Cascudo, de alguma forma apresenta uma construção do social.

Esta construção pode ser resultado do *jingle* da campanha de João Cleofas:

Em Pernambuco  
minha gente, meu povo  
vai se unir de novo  
pra cuidar do que é seu  
O eleitorado já escolheu  
quem será seu governador!

Cleofas, que é gente da gente  
Que diz o que sente,  
Que sabe o que quer

<sup>74</sup>Relatório **Zonas Eleitorais do Grande Recife**: Abrangência, Endereços e Telefones. Sistema Interno de Consulta. Secretaria de Informática. TRE.

<sup>75</sup>Entrevista com o jornalista Luiz Fernando da Câmara Cascudo, concedida à autora. Recife, 06 de março de 2012.

<sup>76</sup> MONTENEGRO, Antonio Torres. **História, metodologia, memória**. São Paulo: Contexto, 2010. P. 26.

Vamos cantar quem quiser!  
Pernambucano e paisano,  
É isso que nós queremos!  
Unidos, amigos, marcheos  
Com Cleofas, com Cleofas!

3 de outubro é um dia  
para ficar na História  
3 de outubro é um dia  
e João Cleofas quer dizer vitória!  
Vamos todos com Cleofas,  
Vamos todos votar  
Pernambuco fala alto  
porque pode falar!

A música se chama *Hino João Cleofas*, é de autoria de Nelson Ferreira, mas no selo de acetato não consta o nome do intérprete. A letra permite algumas inferências sobre os discursos políticos. Na primeira estrofe é possível notar uma incitação à autonomia popular na escolha de seu governante, notadamente uma crítica ao mandonismo local.

Dois versos podem ser considerados como chaves interpretativas na segunda estrofe. O primeiro, “Cleofas, que é gente da gente”, faz uma alusão direta às origens do candidato, nascido em Pernambuco. Sendo Cordeiro de Farias riograndense, este não possuiria as mesmas credenciais que Cleofas para governar, pois não conheceria o estado como o udenista. O outro verso, se tornaria o mote do discurso proferido pelo general em sua posse: “pernambucano e paisano”. Não é possível conhecer as circunstâncias de criação desta música, mas, conforme as memórias de Cascudo, pode-se inferir que este verso adquiriu a magnitude da campanha como um todo.

Em uma disputa eleitoral, as peculiaridades de cada concorrente, geralmente são exaltadas por seus oponentes na intenção de distorcer a sua imagem. Assim sendo, se João Cleofas chegou a fazer esta afirmação, pessoalmente, ele estaria em consonância com as necessidades da dinâmica eleitoral na qual estava inserido. Apresentando-se como uma opção mais próxima do eleitorado. Se João Cleofas não fez esta afirmação, mas foi tão somente uma criação de Nelson Ferreira, a música acabou por proporcionar a Cordeiro de Farias a possibilidade de, em seu discurso de posse, enfatizar a sua proximidade com aqueles que o haviam elegido.

A vitória de Cordeiro de Farias representava, portanto, a força da máquina pessedista. Mas também, a vitória de João Cleofas na capital e adjacências vem mostrar como as esquerdas, que nesta eleição de 1954 (mil novecentos e cinquenta e quatro), o apoiaram, apresentavam-se eleitoralmente cada vez mais organizadas. Assim sendo, no ano seguinte, em 1955 (mil novecentos e cinquenta e cinco), o PSD viria a sofrer a sua primeira derrota nas urnas para um cargo majoritário.



## **CAPÍTULO 2**

### **A udenização do PSD**

#### **2.1 A vitória no Recife**

As eleições são um fenômeno que, em maior ou menor grau – diretas ou indiretas, sectárias ou universais –, sempre estiveram presentes na História do Brasil. Entretanto, a Cidade do Recife, como as demais capitais classificadas de bases militares para defesa externa do país, não tinha a autonomia de escolher o seu governante. E, sendo a sede do governo estadual, era o governador quem indicava o administrador da cidade.

Esta estrutura de governança permaneceu em Pernambuco até o ano de 1955, quando o Presidente da República, Café Filho, em 02 de Janeiro, sancionou a lei que excluía a Cidade do Recife desta classificação, concedendo-lhe a autonomia eleitoral<sup>77</sup>. No Brasil, esta concessão de elegibilidade aos prefeitos de capitais ocorreu em momentos distintos, conforme as disputas políticas de cada localidade. No caso do Recife, a assinatura desta lei foi resultado de questionamentos políticos levantados pelo Movimento Popular Autonomista (MPA).

O Movimento Popular Autonomista era formado pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), pela UDN (União Democrática Nacional) e pela ala dissidente do PSD (Partido Social Democrata). Ou seja, os maiores opositores da ala majoritária do PSD, com exceção do PCB (Partido Comunista Brasileiro). Aparentemente, essa aliança visava à conquista da prefeitura como um primeiro passo para dar fim ao monopólio político do grupo chefiado pelo governador Etelvino Lins, sucessor político de Agamenon Magalhães<sup>78</sup>.

O ano de 1955 pode ser considerado de estimada relevância na política de Pernambuco. Neste mesmo ano surgem as Ligas Camponesas, foram realizados o Congresso Nacional de Salvação do Nordeste e o I Congresso Camponês de Pernambuco. Além disso, foi o ano em que, pela primeira vez, o PSD perdeu uma disputa eleitoral para um cargo majoritário. Em certa medida, pode-se dizer que os interesses do MPA consolidaram-se, pois com a autonomia política concedida ao Recife, nas eleições marcadas para 03 de outubro, vence a coligação PSB-PTB, tendo como candidato o engenheiro Pelópidas Silveira<sup>79</sup>

Não só por isso, em 1955, o Diário de Pernambuco é enfático em seu editorial. Ao afirmar

---

<sup>77</sup> **Jornal do Comércio**. Recife, 02 de janeiro de 1955. P. 02.

<sup>78</sup> SANTOS, Taciana Mendonça. Op. Cit. P. 71

<sup>79</sup> SOARES, José Arlindo. **A Frente do Recife e o Governo Arraes: nacionalismo em crise – 1955/1964**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. P. 47.

que “a lei de autonomia do Recife pode ser percebida como uma legítima conquista vermelha”,<sup>80</sup> o jornal expressava representativamente o medo que as elites estabelecidas começavam a sentir com as futuras disputas eleitorais. A capital, há muito já se mostrava adversa à política do PSD e o resultado da eleição anterior, para governador, pôde corroborar com essa análise.

Ainda assim, o então governador, Cordeiro de Farias, tenta uma aliança interpartidária, em torno do nome do deputado Paulo Germano, mas essa nem chega a ser debatida entre os partidos mais expressivos numericamente. A exemplo da UDN, que optou por abster-se do pleito, sem indicar candidato próprio e sem apoiar formalmente nenhum dos candidatos, mesmo com alguns de seus membros apoiando Pelópidas Silveira, o candidato da oposição<sup>81</sup>.

Pelópidas Silveira teve a sua candidatura organizada pela coligação PSB (partido que registrou o candidato), PTB e PCB. Conforme Silvano Belligni,

... esta coalizão entre partidos políticos da esquerda em torno de objetivos comuns intermédios pode e, em certos casos, deve ter um prolongamento e uma sanção a nível parlamentar e governamental, com a formação de acordos eleitorais de programas comuns e de Governos de frente popular, cuja composição pode variar segundo as características histórico-políticas de cada país, mas hão de ter necessariamente como núcleo propulsor a aliança entre partidos comunistas e partidos de origem socialista<sup>82</sup>.

No caso do Recife e, posteriormente, em Pernambuco, esta Frente Popular passou à historiografia com o nome de Frente do Recife. A Frente do Recife, formada pela primeira vez em 1955, conquistou todos os cargos executivos que veio a disputar até o fim do período democrático, encerrado com o Golpe de 1964. As exceções foram o cargo de presidente, em 1960, e de vice-prefeito, em 1963.

No tocante a isto, Roberto Aguiar afirma: “foi somente na eleição presidencial de 1960 e na de prefeito em 1963, que a aliança entre comunistas e socialistas obteve menos de 50% dos votos no Recife”<sup>83</sup>. Apesar de sua importância, não é objetivo deste trabalho narrar uma história da Frente do Recife, para isto, uma boa e variada historiografia está disponível para o leitor com interesse em aprofundar os seus conhecimentos<sup>84</sup>.

O candidato da Frente do Recife, Pelópidas Silveira, apesar de não ter um longo histórico em cargos elegíveis, não era de todo desconhecido da população da cidade. Em 1946, quando o país

<sup>80</sup>Diário de Pernambuco, 04-01-1955, p. 2.

<sup>81</sup> MONTENEGRO, Antonio e SANTOS, Santos. Op. Cit. P. 466.

<sup>82</sup> BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007. P. 529.

<sup>83</sup> AGUIAR, Roberto Oliveira de. **Recife, da Frente ao golpe: Ideologias políticas em Pernambuco**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1993. P. 53.

<sup>84</sup>Cita-se apenas os livros de José Arlindo Soares, **A Frente do Recife e o Governo Arraes**; Roberto Aguiar, **Recife da Frente ao Golpe**; e a dissertação de Mestrado de Taciana Santos, **Alianças políticas em Pernambuco: A(s) Frente(s) do Recife (1955-1964)**. Neles o leitor poderá encontrar uma vasta bibliografia específica sobre o tema. Fez-se questão de problematizar esta nomenclatura, para poder situar o leitor ao longo do texto. A partir de agora, as expressões “Frente do Recife” ou, simplesmente, “a Frente”, significarão, para efeito de simplificação, a coligação acima apresentada.

já formara a sua Constituinte, os estados ainda eram governados por interventores e estes, por sua vez, continuavam a nomear os prefeitos das capitais, por serem estas consideradas extensões do governo.

Neste momento o então interventor de Pernambuco, José Domingues, convida Pelópidas Silveira para assumir a prefeitura da cidade do Recife. Este governo durou de fevereiro a agosto. Entretanto, conforme as memórias de Paulo Cavalcanti<sup>85</sup> e do próprio Pelópidas<sup>86</sup>, estes seis meses de governo proporcionaram ações que tiveram impacto significativo nas relações sociais e econômicas do município.

Entre as medidas tomadas pelo governo, consideradas mais importantes, estão o tabelamento dos peixes na Semana Santa. Neste período, com o aumento da demanda, os vendedores elevavam sobremaneira os preços, impedindo, em certa medida, que a população de baixa renda cumprisse as ordens da Igreja Católica de abster-se da carne vermelha. A reforma urbanística, com o alargamento das vias públicas e a expansão do transporte público, também foi prioridade em seu governo. Além da instituição da Semana Inglesa para os comerciários, situação em que o comércio encerra as suas atividades às 12 (doze) horas do sábado, só retomando suas atividades na segunda-feira, afinal até então, o comércio do Recife funcionava até às 18 (dezoito) horas<sup>87</sup>.

Os eleitores do Recife apresentaram seu reconhecimento a essas ações nas eleições de 1947 (mil novecentos e quarenta e sete). Na primeira eleição para Governador, após a ditadura de Getúlio Vargas, Pelópidas Silveira foi registrado à candidatura pelo Partido Socialista e pelo Partido Comunista, e, na Região Metropolitana chega a obter quase 57% (cinquenta e sete por cento) dos votos.

Mesmo tendo perdido o pleito, é importante observar que a população do Recife, em face aos processos democráticos, como já foi discutido anteriormente, não seguia a lógica do restante do estado. Isto porque, além de ter sido prefeito há pouco tempo, Pelópidas representava a esquerda que, historicamente, tinha proeminência política nos centros urbanos, redutos industriais e, portanto, de sindicatos e outras organizações de luta por direitos sociais. Para esta eleição, conforme memórias de Paulo Cavalcanti:

Utilizando do peso de sua força nos centros urbanos, o PC, então legal, organizou uma programação de comícios, cidade por cidade, bairro por bairro, para divulgar a campanha sucessória. No Grande Recife, havia uma média de três comícios por dia, com a participação de líderes do PC e do PSB, além de intelectuais e estudantes. Luiz Carlos Prestes veio à capital do

---

<sup>85</sup>CAVALCANTE, Paulo. Op. Cit. P. 269.

<sup>86</sup>Entrevista realizada pelo CEHIBRA, da Fundação Joaquim Nabuco com o Dr. Pelópidas Silveira, em sua residência no Recife, em 23 de Janeiro de 1985. Depoimento colhido pelos pesquisadores Eliane Moury Fernandes e Jorge Zaverucha. In: GUSMÃO FILHO, Jaime de A.. **Pelópidas: o homem e a obra**. Ed. Universitária da UFPE, 2005. Pp. 213-215.

<sup>87</sup>CAVALCANTE, Paulo. Op. Cit. P. 265.

Após esta derrota, Pelópidas Silveira, voltou às suas atividades de engenheiro e professor da Faculdade de Engenharia do Recife, só vindo à disputar uma eleição em 1955 (mil novecentos e cinquenta e cinco). Pode-se afirmar que esta eleição marca efetivamente a primeira grande derrota sofrida pelo PSD. Mas não sem antes a elite pernambucana, transformar a disputa eleitoral em uma guerra ideológica. Como afirma Fernando Azevedo:

O tom do debate rapidamente se transforma num confronto ideológico entre a esquerda e a direita. Os pessedistas, com o apoio da Liga Eleitoral Católica e o endosso público do Arcebispo de Olinda e Recife, Dom Antônio de Almeida Moraes Júnior, imprimem à campanha um caráter de “guerra santa” contra o suposto ‘perigo comunista’ que representava a candidatura de Pelópidas Silveira<sup>89</sup>.

Além disso, o Partido Democrata Cristão (PDC) tenta impedir judicialmente o registro da candidatura do socialista<sup>90</sup>, alegando que este era comunista e, como tal partido estava posto na ilegalidade, ele não poderia se candidatar. Porém a sentença do juiz Severino Correia, da 2ª (segunda) Zona Eleitoral, impede quaisquer novas apelações. O juiz afirma que as acusações contra Pelópidas são “vagas”, que ele havia feito uma ótima administração em 1946 (mil novecentos e quarenta e seis), e seu registro se fez pelo PSB, “um dos partidos integrados na democracia brasileira, agremiação de ideias próprias e definidas, e que, jamais, iria admitir em suas fileiras, como candidato, um comunista fichado”<sup>91</sup>. Esta batalha se encerra nas urnas, em 03 (três) de outubro de 1955 (mil novecentos e cinquenta e cinco), com Pelópidas Silveira obtendo quase 67% (sessenta e sete por cento) dos votos válidos<sup>92</sup>.

A compreensão do comportamento eleitoral, entretanto, não pode ser resumida às disputas partidárias. A cultura e maneira como as pessoas captam a realidade, em suas épocas, também devem ser consideradas para estas análises. É nesta perspectiva que este estudo pretende apresentar a maneira como foi feita a campanha eleitoral de Pelópidas Silveira.

Conforme o que já foi dito, no ano de 1955 (mil novecentos e cinquenta e cinco) “o ato eleitoral ganha uma significação que faz dele o mais sincero e significativo de todos os

---

<sup>88</sup>Idem. P. 269.

<sup>89</sup>AZEVEDO, Fernando. **As ligas camponesas**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra. 1982. P. 55.

<sup>90</sup> O termo socialista, e também possíveis semelhanças, como: trabalhista, comunista, pessedista ou udenista (estes sendo os mais utilizados neste texto), além de qualquer termo associando a sigla do partido escrita como uma onomatopeia, acrescido da terminação “-ista”, refere-se exclusivamente a situação de filiação do político. Deve-se deixar claro que a historiografia concorda com o uso destas expressões para estes fins e não para caracterizações de cunho ideológico.

<sup>91</sup>**Diário de Pernambuco**. Recife, 09 de setembro de 1955. P.4.

<sup>92</sup>Atas do Tribunal Regional Eleitoral. Relatório: Janeiro/1956.

comportamentos coletivos”<sup>93</sup>. Tendo este conhecimento, o Cometê Pró-Candidatura Pelópidas Silveira, procurou avaliar a dimensão simbólica das escolhas eleitorais, elaborando uma campanha com propaganda em rádios e jornais, visando sensibilizar o público. Onde os atributos do candidato eram valorizados de modo a que ele representasse a melhor alternativa eleitoral.

Esta dimensão simbólica do eleitorado é discutida por Flávio Eduardo Silveira em um capítulo do livro *Marketing Político e Persuasão Eleitoral*, para ele o eleitor busca na mídia as imagens necessárias para elaborar sua escolha, a partir disto ele consulta a sua própria sensibilidade para perceber quem está dizendo a verdade<sup>94</sup>. Os grupos responsáveis pelas campanhas eleitorais procuram, enfim, produzir elementos para que o eleitor tome as suas mensagens como verdadeiras.

Mesmo assim não é possível estabelecer uma relação direta entre a propaganda eleitoral e a vitória do candidato, afirma Rubens Figueiredo, que escreveu *Marketing político: entre a ciência e a falta de razão*, outro capítulo publicado no livro supracitado<sup>95</sup>. Figueiredo observa que o eleitorado tem uma dinâmica própria que muitas vezes é impenetrável pelas estratégias da campanha eleitoral.

Para a análise do impacto, possivelmente provocado pela campanha de Pelópidas Silveira no resultado da eleição, outros tempos e circunstâncias precisam ser apresentados. Começando pelo ano de 2010 (dois mil e dez), quando o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) lançou a campanha “Som sim, barulho não”. Visando combater a poluição sonora, articulou uma série de ações como a capacitação de policiais e recompensas, em dinheiro, para denunciadores que ajudarem a resolver um problema que afetasse toda uma comunidade.

A preocupação do MPPE decorre da ideia de que o barulho encobre outros crimes: o uso de drogas ilícitas e exploração sexual de menores são alguns deles. Assassinatos e agressões parecem ser os crimes mais comuns associados ao barulho, em reportagem, o Diário de Pernambuco relata o caso em que um vizinho matou o outro, por causa do som alto da casa da vítima.<sup>96</sup>

A preocupação com incômodo causado por sons altos, advinda dos órgãos públicos não é recente, com especial atenção aos períodos eleitorais. Como mostra o próprio Diário de Pernambuco, agora no ano de 1958 (mil novecentos e cinquenta e oito), quando em período inicial de campanhas eleitorais, publica uma matéria sob o título “Propaganda em alto-falantes tem horário limitado de funcionamento”<sup>97</sup>.

O artigo informa que o Código Eleitoral estabelece um horário, no caso das 14 (catorze) às 22 (vinte e duas) horas, para que este tipo de equipamento seja utilizado, acrescentando que o não

---

<sup>93</sup> RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. P. 42

<sup>94</sup>FIGUEIREDO, Rubens. (org.) **Marketing político e persuasão eleitoral**. São Paulo: Fundação Konard Adenauer, 2000. Pp. 115-146.

<sup>95</sup>Idem. Pp. 11-41.

<sup>96</sup>**Diário de Pernambuco**. Vida Urbana. Recife, 26 de Janeiro de 2010, p. 01.

<sup>97</sup>**Diário de Pernambuco**. Recife, 12 de setembro de 1958, p. 07.

cumprimento da lei será sancionado com multa ou, no caso de alto-falantes instalados em veículos, apreensão. Para dar o ar de veracidade ao que foi publicado, o jornal apresenta, na íntegra, o ofício encaminhado aos partidos, onde o engenheiro Edgar Amorim, diretor da Divisão de Planejamento e Urbanismo da Prefeitura do Recife, conclui:

Estas medidas serão tomadas com o fim de preservar a população da cidade da perturbação total em que poderá ser conduzida pela incompreensão de alguns partidos ou candidatos que não satisfeitos com o prazo longo que lhes assegura a lei eleitoral, ainda desejam levar este desassossego às poucas horas restantes, reservadas a um relativo descanso<sup>98</sup>.

Esta “perturbação total” assinalada pelo autor do ofício foi, em certa medida, sentida pelos moradores da cidade na eleição anterior de 1955. Talvez a efervescência democrática seja explicada pelo fato da capital pernambucana poder, enfim, eleger seu prefeito, fato que não ocorria a mais de 60 (sessenta) anos, como foi apresentado anteriormente. Neste ano, a preocupação com o barulho, em especial com os carros de som, tornou-se caso de ação judicial.

Em ofício, o então prefeito do Recife Djair Brindeiro solicita ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) “a limitação de zonas para uso de amplificadores na propaganda eleitoral”<sup>99</sup>. Além disso, ele pede a proibição destes equipamentos no Bairro de Santo Antônio, entreposto comercial, alegando que não dispunha de quantidade de profissionais suficientes para controlar o volume dos sons, a portaria da Secretaria de Segurança. O TRE indeferiu o pedido do prefeito, justificando que “a propaganda política, por meio de amplificadores, é garantida por lei”<sup>100</sup>.

O problema com o barulho nos espaços públicos, neste período, é de tal ordem, que o articulista do *Jornal do Commercio*, ao noticiar as normatizações do Código Eleitoral, no dia 30 de setembro, informando que a propaganda por meio de alto-falantes e comícios deveria ser encerrada à meia-noite, faz questão de concluir sua fala com a expressão: “o Recife volta à sua paz habitual”<sup>101</sup>. É possível, como esta afirmativa, inferir que uma estratégia de campanha que fugisse a estes padrões, de informações propagadas em ambientes públicos, seria observada de forma mais detida por aqueles que vivenciavam estas experiências. Afinal, a radiodifusão já era comum na época, permitindo aos candidatos acessarem também os espaços privados dos eleitores.

É importante mencionar que esta mudança de comportamento social, de prestar-se mais atenção às relações nos espaços privados que nos públicos, não é recente. Robert Darnton, analisando a sociedade burguesa da França do século XVII, afirma:

---

<sup>98</sup>Idem, *ibidem*.

<sup>99</sup>**Diário de Pernambuco**. Recife, 17 de setembro de 1955. P. 20.

<sup>100</sup>Idem, *ibidem*.

<sup>101</sup>**Jornal do Comércio**. Recife, 30 de setembro de 1955. P. 02.

O novo gosto pela simplicidade não implicava qualquer desaprovação do luxo. Pelo contrário, a elite urbana gastava vastas somas em roupas e móveis. [...] Mas tudo isso era para seu deleite particular. Em vez de ser usado para ostentação pública, o luxo foi cada vez mais encerrado na esfera doméstica da vida. [...] Não desejavam mais jantar com pompa, cercados de serviçais, mas gozar de uma refeição em família. Quando construíam novas casas, faziam os quartos menores e acrescentavam corredores, de maneira a poderem dormir, vestir-se e conversar com um novo grau de intimidade. A família retirava-se da esfera pública e se voltava cada vez mais para si mesma<sup>102</sup>.

Por isso, a análise das experiências democráticas pode ser, em certa medida, avaliadas segundo as práticas cotidianas dos que as fazem. Ou seja, aqueles que visam o poder em períodos de liberdade política, assim como os que os auxiliam na construção de sua imagem para o eleitorado, percebem que mudanças como as apresentadas acima devem ser consideradas na elaboração de suas estratégias de campanhas. Assim, “as eleições [...] marcaram a personalização da política e a invasão do espetáculo político na intimidade das famílias. Agora, o discurso político prefere o cenário privado, [...] em vez das reuniões públicas”<sup>103</sup>.

Esta forma de levar as propostas de um candidato aos eleitores foi bem utilizada pelo Comitê Pró-Candidatura Pelópidas Silveira. Em 1955 (mil novecentos e cinquenta e cinco), este comitê surpreende a população do Recife com “uma campanha diferente”, como afirma os jornais da época, se comparada às campanhas dos demais candidatos.

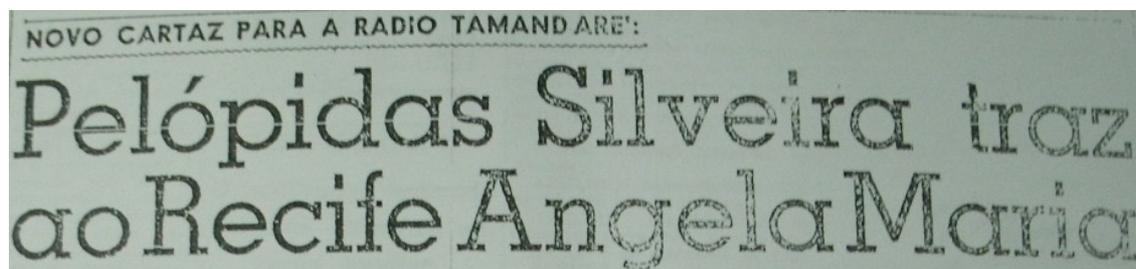
Na tradição ocidental, o domingo é considerado dia de descanso. Dia em que o homem comum, geralmente, está livre de suas obrigações produtivas. Por isso as revistas semanais costumam ser lançadas neste dia, as emissoras de rádio e televisão assumem uma programação diferente dos demais dias da semana. Nesta mesma perspectiva, pode-se compreender porque os jornais diários apresentam um volume de informações maior aos domingos. Muitas vezes, as grandes notícias, quando há a possibilidade de serem programadas, são guardadas para serem divulgadas neste dia. Foi talvez por causa desta noção de construção social que o Diário de Pernambuco tenha publicado, justamente num domingo, dia 11 de setembro de 1955, a seguinte notícia em sua última página:

---

<sup>102</sup>DARNTON, Robert. **O grande massacre dos gatos e outros episódios da história cultural francesa**. Rio de Janeiro: Graal, 1986. P. 179.

<sup>103</sup>PROST, Antoine e VICENT, Gérard. **História da vida privada, 5: da Primeira Guerra a nossos dias**. São Paulo Companhia das Letras, 1992. P. 149.

Imagem nº 1: Título da Reportagem.



Fonte: Diário de Pernambuco. Recife, 11 de setembro de 1955. P. 20.

O artigo informa que a cantora Ângela Maria havia sido contratada pelas Emissoras Associadas para uma turnê pelo Norte e Nordeste, iniciando em Manaus e terminando em Recife. Além disso, o autor do texto afirma que, diferente dos demais estados, onde a cantora seria patrocinada por algum estabelecimento local, em Recife ela cantaria “sob os auspícios da Comissão Central Pelópidas Silveira – órgão que está supervisionando a campanha eleitoral do engenheiro Pelópidas Silveira, candidato à Prefeitura do Recife”<sup>104</sup>. Ainda para salientar a importância da iniciativa, o texto traz a informação de que Ângela Maria havia ganhado, em 1954, o prêmio de Rainha do Rádio, na Rádio Nacional.

É importante notar que na década de 1950, a música era o principal produto da indústria cultural brasileira. Este era o bem a que tinha acesso grande parte da população, via rádio, importante meio de comunicação de um Brasil pré-televisão. É nessa década que a Rádio Nacional tem o seu apogeu, sendo líder de audiência, como índice de 50,2% no Rio de Janeiro, em 1952. Segundo Rosângela Dias, Miriam Goldfeder afirma que o sucesso de audiência conseguido pela Rádio Nacional foi resultado da estruturação interna da emissora, concluída no início da década de 1950. Exigiam que se expressasse...

... como um mecanismo cultural legítimo em relação ao seu público, legitimidade que deverá se manifestar pelo consumo maciço de seus produtos, condição para que se mantenha enquanto empresa lucrativa. Os programas de auditório e a criação dos ídolos populares vão cumprir, do ponto de vista cultural as funções de compromisso e legitimação na medida em que passam a atrair clientes para a empresa e criar uma demanda específica atendendo a expectativas específicas.<sup>105</sup>

<sup>104</sup>Diário de Pernambuco, 11 de setembro de 1955. Última página.

<sup>105</sup>DIAS, Rosângela de Oliveira. **O mundo como chanchada: cinema e imaginário das classes populares na década de 50**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993. P. 29.

Diante dessa afirmação, é possível dizer que os responsáveis pela comunicação na campanha eleitoral de Pelópidas Silveira a trata como se fosse um negócio, criando uma demanda específica no meio popular do eleitorado recifense. Para isso, em outro artigo, o jornal traz, em resumo, a trajetória de vida de Ângela Maria, salientando que teria vindo “das camadas mais humildes” e que “interpreta como ninguém os sentimentos do povo”. O artigo continua a elogiar tal iniciativa, pois segundo o autor, a base eleitoral do socialista está nas camadas populares.<sup>106</sup>

Pode-se inferir, a partir desses trechos de reportagens que os encarregados por esta campanha procuravam oferecer ao eleitor uma possibilidade de construção do social. Ao fazer isto, levam o eleitor se identificar com o candidato, ao ponto de se sentir efetivamente representado no governo, através de sua identificação com a história da cantora. O autor do artigo do jornal sabe que a percepção do social é construída a partir de discursos que produzem estratégias e práticas que tendem a legitimar um projeto reformador<sup>107</sup>.

A campanha eleitoral segue de forma “empolgante”<sup>108</sup>, mas, segundo as memórias do próprio Pelópidas Silveira, esta empolgação do povo do Recife poderia ser justificada por esta ser a primeira eleição para prefeito em mais de meio século, entretanto, ele não nega o interesse popular na participação política e, além disso, considerava os comícios grandes eventos, em tamanho e importância eleitoral. Ainda assim o Diário de Pernambuco, em se tratando de propaganda eleitoral, limita-se a anunciar a vinda de Ângela Maria ao Recife e, concomitantemente, a elogiar a ação do Comitê Pró-Candidatura Pelópidas Silveira.

Aqui é preciso fazer uma observação: em todo o período eleitoral, os dois jornais de maiores circulação na cidade do Recife – Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio –, não apresentaram peças publicitárias dos candidatos a prefeito em suas páginas. Quando muito, apareciam pequenos quadros anunciando os locais e horários dos comícios e, geralmente, nas páginas de classificados. As notícias relacionadas às eleições podem ser divididas em dois grandes blocos: o primeiro está relacionado à tentativa de impedimento da candidatura de Pelópidas Silveira, já tratado neste texto, e o segundo aos apoios políticos, de pessoas públicas, dados aos candidatos.

Propagandas, nos jornais, eram, quase exclusivamente, para Presidente da República. Ou seja, as campanhas eleitorais dos demais candidatos seguiam, via de regra, com realização dos comícios, o que muito incomodava o popular comum, como afirmou o Jornal do Commercio de 30 (trinta) de setembro de 1955 (mil novecentos e cinquenta e cinco), também já citado. Por isso a estratégia foi considerada na época como inovadora tendo talvez contribuído para os percursos da

---

<sup>106</sup>**Diário de Pernambuco**. Recife, 16 de setembro de 1955. P.6.

<sup>107</sup>CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990. P. 27.

<sup>108</sup>Entrevista realizada pelo CEHIBRA, da Fundação Joaquim Nabuco, com o Dr. Pelópidas Silveira, em sua residência, na Rua Goes Cavalcanti, nº 146, no Recife, em 23 de Janeiro de 1985. Depoimento colhido pelos pesquisadores Eliane Moury Fernandes e Jorge Zaverucha. Publicado em GUSMÃO FILHO, Jaime de A. (org.) **Pelópidas: o homem e a obra**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005. P. 214.

eleição e, quiçá, seu resultado.

As apresentações da cantora aconteceram nos dias 24 (vinte e quatro), 25 (vinte e cinco) e 26 (vinte e seis) de setembro, perfazendo um total de quatro. O primeiro concerto foi no aniversário do programa “Variedades Fernando Castelão”, no sábado à noite. No domingo pela manhã, a cantora participou do “Atrações Armando Chaves”. Seguida pela apresentação, também no domingo, à noite em “Alegria do Recife”. E encerrando seus trabalhos na segunda à tarde, no programa “A Taba de Diversões”<sup>109</sup>.

Quanto às apresentações - data e programas - alguns pontos ainda devem ser melhor discutidos. A primeira questão trata-se dos profissionais da mídia. O exemplo a ser citado é o apresentador Fernando Castelão, considerado um dos comunicadores mais proeminentes da rádio pernambucana, naquele período. Castelão, como contratado dos Diários Associados, recebe em seu programa nesta eleição o candidato socialista. Mais a diante, nas eleições de 1962 (mil novecentos e sessenta e dois):

“declarou ele em pleno auditório, depois de muitas escusas, que, em vista de ter recebido carta nesse sentido de uma menina que ouvia seu programa, iria abrir exceção e, mesmo o voto sendo secreto, diria qual o candidato de sua preferência: o Sr. João Cleofas”<sup>110</sup>.

A questão merece destaque por dois motivos. Primeiro pelo fato de que Fernando Castelão, ao afirmar a sua escolha eleitoral, em 1962 (mil novecentos e sessenta e dois), não estava isento dos jogos políticos. Ao contrário, ele era peça importante nesta disputa. Por ocupar uma posição de visibilidade, sua opinião poderia ser tomada como verdadeira e, assim, influenciar o eleitorado. Sabendo disto, o IBAD ofereceu-lhe, naquele momento, seiscentos mil cruzeiros para fazer aquela afirmação<sup>111</sup>. Além disso, João Cleofas fazia oposição ao candidato da Frente do Recife, Miguel Arraes.

Note-se que a lógica midiática opera de forma semelhante à lógica do mercado – relação oferta e demanda – visto que, em uma eleição, Fernando Castelão recebia em seu programa um candidato de esquerda, e algumas eleições depois receberia um liberal, mostrando-se alguém “cheio de ambições e certamente negociava apoio em troca de amparo econômico”<sup>112</sup>.

Outro ponto a ser analisado de forma mais detida, são as datas escolhidas para as apresentações. É fato que Ângela Maria vinha de uma turnê por todo o Norte e Nordeste, como já foi apresentado. E que, somente na cidade do Recife, ela seria patrocinada por um grupo político. Portanto é preciso mostrar ao leitor uma possibilidade de raciocínio estratégico dos responsáveis

---

<sup>109</sup>**Diário de Pernambuco**. Recife, 11 de setembro de 1955. P. 17.

<sup>110</sup>DUTRA, Eloy. **IBAD: sigla da corrupção**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1963. P. 19.

<sup>111</sup>Idem. P. 19.

<sup>112</sup>Idem. P. 19.

pela campanha de Pelópidas. Se a informação sobre as datas das apresentações for conectada ao fato de que as eleições aconteceriam no dia 03 (três) de Outubro, é possível perceber o porquê do investimento em patrocínio da cantora. Ângela Maria se apresentou exatamente no final de semana que antecedeu a eleição, ou seja, no último final de semana em que a propaganda eleitoral foi permitida nos veículos de comunicação.

Uma última análise deve ser feita com relação a como as apresentações seriam realizadas. A reportagem do jornal afirma que em meio as canções executadas pela artista, o candidato falaria ao povo do Recife. Ou seja, Pelópidas Silveira, diferente dos demais candidatos, comunicar-se-ia com o eleitorado em seu espaço privado, em suas residências. A estratégia mostra que ao fazer o público se identificar com a cantora, e estando o candidato apresentando suas propostas entre as músicas dela, também faria o eleitor reconhecer como melhor opção aquele que teria tomado a iniciativa de ir ao encontro de seus anseios<sup>113</sup>.

Somando-se este fato à vitória de Pelópidas Silveira nesta eleição, este trabalho procurou analisar, através do modo como foi elaborada esta campanha, a comunicação como mediação – e não só como meio –, como uma questão de cultura e, portanto, estabelecer uma articulação entre as práticas de comunicação e o *outro* lado, a recepção<sup>114</sup>. Não se pretende, em hipótese alguma, limitar a vitória de Pelópidas a esta estratégia de propaganda. Como já foi mostrado, havia uma situação histórica que, de alguma forma, proporcionaria a vitória do socialista e a historiografia apresentada discute exatamente estas possibilidades. O que se pretende, ao longo deste texto, é proporcionar uma outra leitura dos jogos políticos, através das dinâmicas eleitorais.

## 2.2 O início da vitória no interior

A derrota do PSD para a Prefeitura, em 1955 (mil novecentos e cinquenta e cinco), foi vista por seu líderes como uma ameaça da Frente do Recife à sua dominação. E, não só por isto, a administração de Cordeiro de Farias foi assumindo cada vez mais aspectos de instabilidade. A pesquisadora Dulce Pandolfi esclarece esta questão:

O governo de Cordeiro de Farias pode ser caracterizado, grosso modo, como um governo em crise permanente. Agitado no seu primeiro ano de administração com a sucessão presidencial e com as eleições para a Prefeitura do Recife e Câmara Municipal, Cordeiro de Farias enfrenta, nos três anos subsequentes de seu mandato, enormes dificuldades, cuja maior consequência é a total incompatibilidade com os grupos economicamente

---

<sup>113</sup>**Diário de Pernambuco.** Recife, 21 de setembro de 1955. P. 17.

<sup>114</sup>CHARTIER, Roger. Op. Cit. P. 28.

dominantes em Pernambuco.<sup>115</sup>

Esta incompatibilidade com os grupos economicamente dominantes, em especial com as classes produtoras do estado, começa a acirrar-se, provavelmente, a partir de meados de 1956 (mil novecentos e cinquenta e seis), quando o governador envia para a Assembleia Legislativa um projeto de reformulação do Código Tributário, elaborado pela Secretaria da Fazenda. Como justificativa, Cordeiro de Farias alegava que era necessário uma atualização das taxas e impostos – defasadas por causa da inflação e da redução de transferências do governo federal – para que o Poder Executivo pudesse cobrir suas despesas, principalmente com o funcionalismo público.<sup>116</sup> No dia 3 (três) de novembro, em caráter de urgência, a Assembleia vota e aprova o código.

Quatro dias depois, o Diário de Pernambuco publica um manifesto assinado pela Associação Comercial de Pernambuco, Federação das Indústrias de Pernambuco, Centro das Indústrias de Pernambuco, Federação do Comércio Atacadista de Pernambuco, Federação do Comércio Varejista de Pernambuco, Associação dos Representantes Comerciais de Pernambuco, União dos Viajantes de Pernambuco e Associação dos Comerciantes Retalhistas de Pernambuco.

Nesse manifesto as classes produtoras contestam o projeto, alegando ser “um golpe desferido contra a economia de Pernambuco”, e tendo o seu modo de elaboração sido antidemocrático, pois se consideravam os maiores interessados, foram impedidos de fazer uma apreciação ao projeto antes de ser enviado à Assembleia, tendo eles já manifestado este interesse ao Secretário da Fazenda.<sup>117</sup>

Faz-se necessário dizer que a historiografia consultada alega que este manifesto foi publicado em “toda a imprensa estadual”.<sup>118</sup> No entanto, o Jornal Folha da Manhã não apresenta tal Manifesto. Em lugar disso, alguns dias depois na deflagração da Greve das Classes Produtoras, que será tratada logo em seguida, este jornal alega que esta postura foi precipitada, pois “quando da discussão do referido projeto, na Comissão Técnica da Assembleia, participaram das reuniões *representantes do comércio e da indústria*, que acompanharam todos os trabalhos ali desenvolvidos”.<sup>119</sup>

A questão a ser discutida aqui não é a incompletude na produção historiográfica, antes tome por incompleto este trabalho, pois com certeza ele não alcançou todo o debate existente a cerca do período em foco. A questão que se pretende levantar está relacionada à produção dos discursos na imprensa do período. Como ensina Foucault,

---

<sup>115</sup>PANDOLFI, Dulce Chaves. Op. Cit. P. 173.

<sup>116</sup>Idem Pp. 179-182.

<sup>117</sup>**Diário de Pernambuco**. Recife, 07 de novembro de 1956. P. 03.

<sup>118</sup>PANDOLFI, Dulce Chaves. Op. Cit. P. 180; GAMA NETO, Ricardo Borges. Op. Cit. P. 177; SOARES, José Arlindo. Op. Cit. P. 117

<sup>119</sup>**Folha da Manhã**. Recife, 09 de novembro de 1956. P. 03. Grifo meu.

... em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.<sup>120</sup>

Pode-se com isto entender que a omissão do Manifesto no jornal Folha da Manhã caracteriza interesses específicos. A saber: o jornal pertencia a Etelvino Lins, líder do PSD em Pernambuco naquele momento e partido do então governador Cordeiro de Farias.

Desta forma, é preciso considerar a Imprensa não só como uma fonte, mas também como um agente político. Como apresenta no capítulo do livro *Fontes Históricas*, intitulado *História dos, nos e por meio dos periódicos*, a professora Tania de Luca. No seu texto a autora discute o trabalho de José Honório Rodrigues<sup>121</sup>, que mesmo tomando o jornal como uma fonte histórica, pondera quanto à independência e exatidão do seu conteúdo. Rodrigues ressalta que os discursos emitidos neste meio de comunicação eram uma “mistura de imparcial com o tendencioso, do certo com o falso”.

De maneira objetiva, esta “mistura” pode ser notada no artigo do dia 9 de novembro já apresentado em parte neste trabalho. O articulista inicia seu texto narrando a resolução dos órgãos representantes das classes produtoras em fazer um “lock-out” na cidade do Recife, fechando os estabelecimentos comerciais por 24 (vinte e quatro) horas, em protesto à aprovação do Código Tributário.

No parágrafo seguinte, a postura do jornal é apresentada na fala do jornalista, ao afirmar: “não queremos, aqui, apreciar o mérito da questão em si. A nossa opinião, no entanto, é que houve uma certa precipitação por parte dos que deliberaram empreender tal movimento”.<sup>122</sup>

A partir de então, o artigo assume uma postura de relativo protesto a ação tomada pelas classes produtoras. Afirmando que o Código ainda não havia sido aprovado na terceira (e última) sessão da Assembleia Legislativa, que, além disso, as emendas feitas a pedido dos representantes destas classes, os quais teriam participado das reuniões da Comissão Técnica, praticamente descaracterizavam quase por completo o projeto inicial do Governo.

O artigo também enfatiza que o próprio Secretário da Fazenda, Sérgio Lemos, havia se reunido com estes representantes, tentando, talvez, apresentar um governo conciliador, negando a afirmação do Manifesto, de que o Código havia sido elaborado de forma antidemocrática. E para eximir-se de interesses pessoais, o articulista conclui o seu texto exaltando a “inoportunidade do

---

<sup>120</sup>FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 20ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010. P. 9.

<sup>121</sup>RODRIGUES, José Honório. **Teoria da História do Brasil: introdução metodológica**. 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2011. Pp. 115-119.

<sup>122</sup>**Folha da Manhã**. Recife, 09 de novembro de 1956. P. 04

'lock-out' [...] que só trará atropelos à nossa população”.

Durante o ocorrido, o governador publicou uma nota afirmando que, com tal deliberação, as “classes conservadoras” haviam criado um clima de inquietação no Estado. Pediu aos leitores que não se surpreendessem com novas campanhas que viessem a surgir nos jornais “sob forma de matéria paga” contra o governo. E que os únicos beneficiados com este “lock-out” seriam “as forças subversivas”.<sup>123</sup> Ao que parece, o discurso anticomunista de Cordeiro de Farias não surtiu efeito como esperado, pois a opinião pública passou a exigir um novo estudo para o Código Tributário.

Além da opinião pública, a ala governista da UDN rompeu com o governo, personificada no pedido de demissão de Lael Sampaio<sup>124</sup>. Isto depois do jornal Folha da Manhã afirmar que Lael estava fazendo “jogo duplo”, pois se colocara publicamente contra o Código Tributário, na tribuna da Assembleia Legislativa, mas assinara a nota publicada pelo governador como seu Secretário de Viação, quando todos esperavam o seu pedido de demissão.

Para o jornal o interesse do udenista era usar a secretaria como “um trampolim para mais altas andanças políticas”.<sup>125</sup> O rompimento da UDN com o governo do estado, acirrou os ânimos e a elite econômica passou a criticar constantemente os deputados que formavam a base aliada do governo. A greve dos produtores assumiu um conteúdo nitidamente político.

O governo também fez questão de atribuir um tom de disputas visando a sucessão governamental. E a narrativa de uma “missão” designada por Etelvino Lins e o governador Cordeiro de Farias ao seu assessor de imprensa Câmara Cascudo pode, em certa medida, elucidar esta situação.

Uma vez eu estava no Palácio e fui chamado pelo governador, e vou ao gabinete dele, ele estava com Etelvino Lins, Geraldo Guedes que era secretário de governo dele – Geraldo Guedes, deputado federal –, então Etelvino, que eu já conhecia, me dava com ele, disse: “eu tenho uma missão para você, Cascudo. Você como secretário de imprensa do nosso General Cordeiro de Farias, tem uma missão importante nisso aí. Você vai num carro desfigurado, com chapa trocada, levando só um fotógrafo a um interior e fotografa as usinas, que estão todas trabalhando, produzindo açúcar. Então, esses usineiros, enquanto exigem uma greve, fazem uma greve na capital, nem um bar, podia abrir as suas portas. A cidade parou! No interior os usineiros continuam produzindo e exportando as suas produções de açúcar para todo o Brasil e para o exterior. E nós precisamos de fotografias dessas usinas, e você foi o jornalista, por ser secretário de imprensa do governador, de toda confiança nossa, indicado para isso”.

O governador Etelvino se coloca como a própria lei: trocar a placa de um carro não

<sup>123</sup>Folha da Manhã. Recife, 09 de setembro de 1956. P. 03.

<sup>124</sup>Folha da Manhã Vespertino. Recife, 12 de novembro de 1956. P. 01. **Jornal do Commercio**. Recife, 12 de novembro de 1956. P. 03.

<sup>125</sup>Idem. Recife, 09 de novembro de 1956. P. 04.

implicaria maiores problemas, desde que o mesmo estivesse a serviço do governo. Além disso, a intenção da reportagem seria tão somente desqualificar a greve promovida pelos produtores. Mostrando que não era um movimento estadual, mas apenas de alcance da capital.

E olha, eu na minha vida de jornalista nunca deixei de topar parada, nunca recuei a uma missão. No dia seguinte pela manhã, com o roteiro de penetrar nessas usinas e conseguir fotografar. Não era nada, era fotografar a moagem da cana e o açúcar sendo ensacado, mais nada.

Apesar de narrar a situação como um risco a correr, o jornalista procurar analisar o fato de modo a minimizar o caso e se colocar como um combatente militar destemido. Ele mostra como seu trabalho foi bem sucedido, alegando ser de um jornal o qual não mais trabalhava. O ponto máximo de sua narrativa esta em contar como entrou na usina de Cid Sampaio.

Então, quando chegamos nessas usinas, eu pedia para falar com o gerente, ou o encarregado, eu dizia: “eu sou do Diário de Pernambuco e eu quero mostrar que aqui no interior não há greve, a produção de açúcar de Pernambuco está sendo toda mantida, e as usinas estão funcionando”. E eu não ouvi nenhum “não”. E eu penetrei em todas essas usinas, inclusive na importante, que era a usina Roçadinho. Era a usina de Cid, para mostrar que Cid, candidato a governador, chefiando a campanha aqui e a usina dele funcionando normalmente.

Note-se que em sua construção memorialística Cid Sampaio já é colocado como candidato a governador, o jornalista, então, se poem como um agente inserido numa disputa estritamente política. Mas é preciso lembrar que, neste momento, os jornais – exceção do Folha da Manhã – não falam em disputa eleitoral, tão pouco o nome de Cid Sampaio aparece como pretense candidato.

Walter Benjamin afirmou que “um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que um acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois”. Isto leva a pensar sobre a elaboração feita por Cascudo: quando iniciou sua história, contava o fato como se fosse somente mais uma ação jornalista, mas quando quis assumir que carregava uma arma de uso exclusivamente militar, expôs o medo como justificativa.

Confesso a você que tinha medo, não fui assim como super-homem. Levávamos a bordo do carro uma metralhadora, uma sub-metralhadora, que naquela época só existia nas forças armadas. Eu tinha medo deles não me deixarem entrar. Por isso que eu vinha com a história “que a produção de Pernambuco continua firme”. Eu ia com essa história por aí e com isso eu angariava a simpatia deles todos. Eu não falava em política.

Para o narrador-historiador<sup>126</sup>, importa inserir suas memórias no contexto que analisa. Note-se, quanto a isto, a riqueza de detalhes que ele apresenta ao falar de sua chegada a usina Roçadinho, de propriedade de Cid Sampaio.

E atingimos a usina Roçadinho nesse dia, que saímos daqui de manhã cedo, à tarde, às 4 horas da tarde. Fotografamos a usina Roçadinho, o gerente nos recebeu muito bem. Inclusive perguntou se eu não queria esperar, o então deputado, Lael Sampaio, que era irmão de Cid, e tinha sido secretário de Cordeiro, secretário de Ação e Obras Públicas. Era um homem de bem, um homem sério, um grande trabalhador. Eu disse: “não, eu não preciso falar com político, ninguém, quero só falar com o senhor, que é um trabalhador”. Ele me levou, mostrou, a usina estava em pleno funcionamento, com as locomotivas levando e trazendo vagões de cana.

Fernando Cascudo mostra, por fim, como participou, enquanto jornalista, dos embates políticos da época. Mas também apresenta o lugar que ocupa enquanto narra suas memórias, salientando que as diferenças entre ele e Cid Sampaio resumiam-se ao campo político.

E depois de fotografar a Roçadinho, nós tocamos direto para o Recife. Ao chegar aqui fui ao Palácio entregar os filmes a Etelvino, que foi imediatamente para a Folha, para revelar esses filmes. E no dia seguinte o jornal veio com manchete: “Enquanto os usineiros fecham – ou proíbem, coisa assim – as classes produtoras de trabalharem na capital, as suas usinas estão em pleno funcionamento. A greve é uma greve política”. Isso foi publicado, e daí gerou uma inimizade muito grande minha com Cid, sendo que Cid depois se tornaria meu grande amigo e fizemos juntos a campanha de Cleofas. E fui amigo dele até ele morrer. Então eu fiquei muito marcado por causa dessa ousadia de invadir a usina de Cid, em plena greve, para fotografar.<sup>127</sup>

A entrevista com Fernando da Câmara Cascudo foi um verdadeiro laboratório para alguém que iniciara (ousadamente) o caminho oferecido pela metodologia da História Oral. A narrativa desde o seu nascimento até o ano de 1962 (mil novecentos e sessenta e dois) – final do recorte escolhido para esta pesquisa – durou 6 (seis) horas, tendo sido dividida em 4 (quatro) seções. Mas a todo o momento procurou-se seguir o que Regina Beatriz Guimarães Neto ensina:

“O interesse não se volta para a comprovação da veracidade do fato. E sim para refletir sobre a sua narrativa. O que importa assinalar é a maneira como o acontecimento aparece construído, como foi possível e de que maneira as notícias chegaram até nós, tornando-se referência para outras narrativas”.<sup>128</sup>

---

<sup>126</sup> Nomenclatura sugerida pelo Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro em sala de aula, durante o curso **Tópico Especial de Teoria: História Oral: Práticas de Escrita e Memória**. Recife, 17 de agosto de 2009. Para o professor, este tipo de narrador conta uma história, produz um discurso e faz a análise do que está dizendo, tentando ocupar o lugar o historiador.

<sup>127</sup> Fernando da Câmara Cascudo. Entrevista concedida à autora. Recife, 07/03/2012. 3ª Sessão.

<sup>128</sup> GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **Cidades da Mineração: memória e práticas culturais: Mato Grosso na primeira metade do século XX**. Cuiabá: Ed. UFMT; Carlini & Caniato Editorial, 2006. P. 34

No fato específico, narrado por Fernando Cascudo, durante a greve das classes produtoras: o governo procurava dar um ar de intenções eleitoreiras às atitudes dos grevistas. Quanto aos trabalhadores, segundo Gama Neto, “a grande maioria colocou-se numa posição de neutralidade”.<sup>129</sup> Os jornais Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio limitavam-se a apresentar os acontecimentos como uma insatisfação classista. Enquanto o Folha da Manhã trazia manchetes como “Nova Frente Política visando a governança”,<sup>130</sup> no dia seguinte ao “lock-out”, em 9 (nove) de novembro. A narrativa de Cascudo está, portanto, inserida num contexto que é analisado por outras fontes já mencionadas.

Além disso, não é preciso remeter-se ao passado secular da história do Brasil, para entender que entrar em uma propriedade particular poderia custar a vida daquele que não houvesse sido convidado. Ainda assim é sabido que a partir de 1955 (mil novecentos e cinquenta e cinco), os incêndios nos canaviais, as reivindicações trabalhistas por melhores condições de vida eram noticiados nos jornais de grande circulação do estado como uma ameaça à paz social. Segmentos de classes tradicionais, sentindo-se pressionados pela crescente mobilização dos trabalhadores rurais, foram gestando uma rede anticomunista, em jornais, revistas, panfletos e discursos.

Esta rede estava urdida de modo a assumir uma postura contrária aos movimentos que se estruturavam por melhores condições de vida, como, por exemplo, as Ligas Camponesas, os sindicatos e outras formas de organização da sociedade civil. Outro fato é que o espectro da reforma agrária radical, associada às Ligas e aos comunistas, acabou servindo de mais uma justificativa para a ampliação de um sentimento de medo e insegurança entre diversos segmentos da sociedade.<sup>131</sup>

O narrador procura, em sua construção memorialística, transmitir este clima de instabilidade política associada aos diferentes setores econômicos, através da necessidade de portar uma arma de uso militar. A fala, que ele atribui a Etelvino Lins, mostra que havia uma preocupação em estabelecer ações de cunho político, mas que não fossem vistas como tal. Assim, a mentira, que o próprio Cascudo afirma ter usado para poder entrar nas usinas, era a credencial para a realização da atividade.

Este “lock-out”, ou Greve das Classes Produtoras – como passou à História –, teve tamanha repercussão na mídia, ao ponto de elaborar a memória de que teria sido o acontecimento que levou Cid Sampaio a concorrer, em 1958 (mil novecentos e cinquenta e oito), ao cargo de Governador do Estado. Assim como conta Carlos Garcia:

Cid era presidente do Centro das Indústrias de Pernambuco. E liderou um

---

<sup>129</sup>GAMA NETO, Ricardo Borges. Op. Cit. P. 182.

<sup>130</sup>**Folha da Manhã Vespertino**. Recife, 10 de novembro de 1956.

<sup>131</sup>AZEVEDO, Fernando. Op. Cit. P. 85.

movimento de comerciantes e empresários e industriais contra a reforma do Código Tributário, que Cordeiro queria. [...] Depois a oposição, que tinha se ligado a ele, por conta dessa campanha contra o governo. A oposição começou a decidir entre vários candidatos. Então, aí eu acho que ele sentiu aí que ele tinha uma chance de ser candidato. Ele não era político, mas já tinha sido presidente da UDN, aqui há muitos anos. Ele tinha um irmão, deputado federal e um irmão, deputado estadual. Ele era afastado. Então ele sentiu que a liderança que tinha nas classes empresariais credenciava ele para candidato ao governo, embora nunca tenha exercido um cargo público antes.<sup>132</sup>

Carlos Garcia era jornalista do Diário de Pernambuco em 1956 (mil novecentos e cinquenta e seis) e foi designado para fazer a cobertura desta greve. Foi, neste momento, que ele conheceu Cid Sampaio. O próprio Carlos declara que seus primeiros contatos com Cid foram “eu como repórter e ele como fonte”. A proximidade entre eles fez Cid o convidar para participar de sua campanha eleitoral em 1958 (mil novecentos e cinquenta e oito) e quando foi eleito governador estendeu o convite, chamando Carlos Garcia para assumir a Assessoria de Imprensa. Tendo-a recebido das mãos de Câmara Cascudo, como o próprio Cascudo descreveu em suas memórias.

A crise entre o governo e as classes produtoras foi solucionada, mas o partido do governador, o PSD, saiu dessa situação desgastado. Ainda assim o partido, que havia se dividido por causa do pleito presidencial de 1955 (mil novecentos e cinquenta e cinco), procurou articular-se de maneira a formar uma unidade organizada para as disputas eleitorais de 1958 (mil novecentos e cinquenta e oito) ao cago de governador. Do lado antigovernista, forma-se uma Frente, que inicia um processo de acumulo de forças visando, também, as eleições de 1958 (mil novecentos e cinquenta e oito)<sup>133</sup>.

---

<sup>132</sup>Entrevista concedida a autora. Recife, 19/01/2011.

<sup>133</sup>PANDOLFI, Dulce Chaves. Op. Cit. P. 182

## CAPÍTULO 3

### Modos de fabricação de uma campanha eleitoral

#### 3.1 O eleitor é quem diz Cid

As memórias do jornalista Carlos Garcia de que Cid Sampaio, como presidente do Centro das Indústrias de Pernambuco, liderou o movimento de comerciantes e empresários contra a reforma do Código Tributário, proposta por Cordeiro de Farias. E que neste momento ele percebeu que sua liderança o credenciava para ser candidato a governador do estado, assemelham-se às memórias dos comunistas Gregório Bezerra e Paulo Cavalcante<sup>134</sup>. Em suas memórias, os dois escritores afirmaram que a escolha do usineiro se deu pela sua ascensão no caso da greve dos produtores. A proeminência que Cid Sampaio alcançou com este fato, foi considerada em sua campanha.

No dia 25 (vinte e cinco) de setembro, aproximadamente duas semanas antes do pleito, a liderança do então candidato na greve dos produtores, foi retomada como estratégia de propaganda. Em uma peça publicitária que tomava três quartos da sétima página do Diário de Pernambuco, uma foto do candidato discursando, sob o título “um líder para o estado líder do Nordeste”, foi associada ao texto que dizia, em partes, o seguinte:

Somos um Estado que lidera o Nordeste, [...] mas para corresponder a essa realidade [...] precisamos ter o que há muito não temos: um líder. Cid, um líder que nunca falhou nos momentos decisivos da vida pernambucana, bastando lembrar do empolgante movimento do Código Tributário, movimento que deixou de ser a reivindicação de uma classe para se tornar em manifestação [...] do nosso povo contra a prepotência, o desmando e a má fé<sup>135</sup>.

É possível afirmar que a campanha eleitoral de Cid Sampaio teria começado em “meados de maio”, quando as “classes produtoras irritadas com a demora na escolha do candidato”, lançaram o nome do usineiro<sup>136</sup>. E os demais grupos interessados na derrota do PSD, acabaram por aceitar a

---

<sup>134</sup>BEZERRA, Gregório. Op. Cit. P. 144; e CAVALCANTI, Paulo. Op. Cit. P. 287.

<sup>135</sup> **Diário de Pernambuco**. Recife, 25 de setembro de 1958. P. 07.

<sup>136</sup>Cid Sampaio, entrevista. CPDOC/FGV.

indicação. É possível constatar que a formação dessa chapa foi um trabalho de engenharia política, pois todos os grupos envolvidos acabaram por se sentirem satisfeitos com a proposta. Afinal, ter-se-ia Pelópidas Silveira (PSB), como candidato a vice-governador, Barros de Carvalho (PTB), candidato ao senado e Antônio Baltar (PSB) como suplente ao senado. Para as esquerdas o compromisso com Cid Sampaio era o caminho escolhido para sua melhor organização, com a possibilidade de chegar ao poder pelas vias democráticas.

A política partidária no Brasil começava a se reorganizar, os partidos não mais se apresentavam cada qual, com força hegemônica e os movimentos dos políticos em direção à formação de coligações tornavam-se cada vez mais comuns. Isto se deu porque as decisões socioeconômicas, agora não eram mais tomadas por um setor ou classe social, como acontecia sumariamente diante de situações de mandonismo local, mas deveriam ser apreciadas pelas casas legislativas.

Isso levou os atores políticos a mudarem seus comportamentos, entendendo que em níveis estaduais, ou no federal, ações eleitorais nos modos clientelistas não surtiriam efeitos. Este recurso da coligação passou a ser usado tanto pelas oligarquias rurais quanto pelos grupos urbanos. Como afirma Maria do Carmo Campelo de Souza:

Os partidos populistas, cujo suporte social, os trabalhadores urbanos, era reduzido em termos absolutos e relativos, tampouco poderiam almejar por si sós uma vitória eleitoral, mesmo porque competiam entre si. Da mesma forma, uma vitória isolada era impossível tanto para as classes médias como para a burguesia urbana. Tudo isso refletiria no comportamento aliancista não somente em virtude da inexistência de um partido 'hegemônico', como também por configurar diretamente o outro suposto de sua racionalidade: a situação de incerteza quanto aos resultados do jogo eleitoral<sup>137</sup>.

Este trecho do livro de Maria de Souza pode esclarecer a estratégia tomada pelos grupos que se uniram para formar as “Oposições Unidas”. Cada um sabia de suas limitações eleitorais e optaram por se somarem a competirem, pois assim o risco de perda poderia ser minimizado. Outro ponto a ser notado neste texto é o termo “partidos populistas”. É preciso considerar que este livro foi publicado no ano de 1976, período em que os estudos eram feitos sob a influência das teorias marxistas.

Conforme os estudos de Jorge Ferreira<sup>138</sup> pode-se notar que os trabalhadores eram o “suporte social” destes partidos, que os entendiam como participantes, não determinantes, do processo democrático. Além disso, a análise de Maria de Souza sobre a racionalidade dos atores políticos,

---

<sup>137</sup>SOUZA, Maria do Carmo Carvalho Campello. **Estados e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. P. 155.

<sup>138</sup>A discussão que se segue acerca do conceito de “populismo” foi baseada no texto de O nome e a coisa: o populismo na política brasileira, onde o autor analisa a história deste conceito. In: FERREIRA, Jorge (org.). O populismo e a sua história: debate e crítica. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. Pp. 59-124.

mostra que a autora não compactua indiscriminadamente com as teorias vigentes, que consideravam o “populismo” sob o binômio “repressão e persuasão”. Binômio este elaborado conforme o conceito de Gramsci de “ideologia”, em que esta seria uma “falsa consciência”. Segundo a perspectiva da autora, o eleitor direcionaria seus votos para as coligações mais propensas a satisfazer seus interesses (pessoais ou de classe).

Desta forma, mostrando que as coligações preocupavam-se com a escolha do eleitorado, é possível dizer que Maria de Souza, considera como “populismo” as premissas de Francisco Weffort, desenvolvidas em fins dos anos 1950, para o qual “o populismo se impôs pela conjugação da repressão estatal com a manipulação política, embora a chave de seu sucesso tenha sido a satisfação de algumas demandas dos assalariados”. Ela estaria, portanto, dialogando com estas premissas, para as quais eram considerados o trinômio “repressão, manipulação e satisfação”, e não o binômio que foi mostrado anteriormente.

Na prática, a alocação do trinômio apresentado no parágrafo anterior, pode ser notada por algumas ações desenvolvidas pela elite econômica no interior do estado. Segundo Ricardo Borges, em outubro de 1957, foi criado o “Movimento de Recuperação de Pernambuco”. O intuito deste movimento, através da criação de um programa de desenvolvimento industrial, era criar órgãos de representação desta classe nos municípios do interior. Procuravam conseguir o apoio das lideranças empresariais e, por conseguinte, das lideranças políticas locais. Assim, esta elite econômica passou a se articular contra a dominação pessedista em sua base, nos municípios<sup>139</sup>.

Posto as questões político-administrativas, a intenção deste texto é mostrar como as campanhas eleitorais foram gestadas nesta primeira experiência democrática, pluripartidarista, da história do Brasil. Vale, entretanto, uma observação, conforme as entrevistas realizadas para a elaboração desta pesquisa, a campanha de Cid Sampaio ao governo do estado foi considerada a primeira campanha eleitoral produzida por uma agência de publicidade.

Com a formação de um escritório, e a elaboração de pesquisas de opinião, específicas para este fim. O que até então era feito segundo intuições pessoais e acordos entre amigos, como a escolha dos *slogans*, os textos enviados aos jornais ou às rádios, passou-se a ser sistematicamente pensado<sup>140</sup>.

A área de comunicação da campanha ficou a cargo de Caio Souza Leão, cunhado de Cid Sampaio e na época diretor da Rádio Olinda. Caio propôs ao grupo que gerenciava a campanha, a contratação de R. J. Albano, chefe de pesquisa da Lux, empresa norte-americana, com filial em São

---

<sup>139</sup>GAMA NETO, Ricardo Borges. Op. Cit. Pp 193-195.

<sup>140</sup>As informações contidas neste e nos próximos parágrafos são resultado das coincidências encontradas nas entrevistas, realizadas pela autora deste trabalho, de Carlos Garcia, Luiz Fernando da Câmara Cascudo e Joca Souza Leão. Além das memórias, já publicadas de Paulo Cavalcante e Gregório Bezerra. Pelas coincidências optou-se por construir um etnotexto, conforme foi discutido a introdução deste trabalho. O objetivo é produzir uma narrativa fluida, ao mesmo tempo, instrutiva e aprazível.

Paulo, fabricante de cosméticos. De acordo com as memórias de Joca Souza Leão:

Essa figura do R. J. Albano, ele nunca tinha feito, até então, campanha eleitoral, essa é que é a verdade. Meu pai o conhecia, porque antigamente você não tinha as pesquisas de audiência de rádio, por exemplo, não eram feitas com a frequência que são feitas hoje. As próprias agências de propaganda tinham um departamento de pesquisa e os anunciantes tinham um departamento de pesquisa, para realizar tanto pesquisas de audiência de rádio e de circulação de jornal, como também pesquisa de produtos, chamada pesquisa de mercado<sup>141</sup>.

Sendo ou não verdadeira a afirmação de Joca, sobre o fato de ter sido esta a primeira campanha eleitoral feita por Albano, o que interessa a este trabalho é a noção de profissionalismo empregada a partir de então. As pesquisas de audiência eram feitas por empresas interessadas em vender, cada vez mais, seus produtos. O objetivo era saber quais jornais tinham maior circulação, ou qual emissora de rádio era a mais ouvida, para que a propaganda pudesse ser eficaz. Além disso, já se tinha o conhecimento de classificar os ouvintes (e leitores), por faixas salariais, sexo, idade, localização geográfica e outras especificações que saltam aos olhos hoje, como mero lugar-comum. Toda essa estrutura organizacional foi implementada para a articulação de uma campanha eleitoral.

As pesquisas passaram a ter a função de buscar apoio político. As memórias de Paulo Cavalcante descrevem como se deu este processo. Durante as eleições de 1958 (mil novecentos e cinquenta e oito), Luís Carlos Prestes veio ao Recife, para um comício. A ocorrência deste comício, assim como suas implicações, será retomada mais adiante, por hora é válido mencionar que a resistência de Cid Sampaio em subir no mesmo palanque que o líder do Partido Comunista foi vencida, em certa medida, pela força das pesquisas de opinião.

No momento da chegada de Prestes ao estado, os resultados das pesquisas apontavam que 30% (trinta por cento) do eleitorado se mostrava indeciso. E, segundo as análises de Albano, este eleitorado se encontrava, em sua maioria, na classe média, resistente em votar num usineiro. A presença de Cid, no mesmo palanque no qual discursaria Prestes, poderia influenciar nestes números, pois na opinião de Albano, “com a presença de Prestes a tendência era haver uma redução desses 30% de eleitores, com a alegação de que, se os comunistas votavam num usineiro, por que a classe média não devia fazê-lo?”. Após este comício, novas pesquisas foram realizadas, e o percentual de indecisos havia caído para 10% (dez por cento)<sup>142</sup>.

Toda a montagem e coordenação da campanha de Cid Sampaio se deu através da contratação da VICAR, a agência de propaganda pertencia a Vicente Silva e Ari Santa Cruz, dois ex-redatores da Rádio Olinda. Poder-se-ia dizer que as campanhas eleitorais passaram a ser

---

<sup>141</sup>Entrevista concedida à autora. Recife, 27 de fevereiro de 2012.

<sup>142</sup>CAVALCANTE, Paulo. Op. Cit. P. 291

produzidas para além dos princípios ideológicos. A organização desta campanha apresenta a exposição de significados até então subjugadas: o candidato, através das ações da agência, está interessado na opinião do eleitorado. Existe neste momento uma mudança, por parte dos políticos, na percepção do que a população pensa e espera daquele em que pretende votar.

Pela primeira vez também, uma campanha eleitoral é entregue como uma conta publicitária a uma agência de propaganda. Isso nunca tinha acontecido, nunca uma agência de propaganda. A agência de propaganda podia fazer uma peça, podia fazer um *jingle*, fazer um anúncio. Mas não uma agência de propaganda atender uma conta de uma campanha eleitoral, como um produto, como se fosse um produto comercial. Ter o seu departamento de pesquisa, redatores, departamento de arte. Toda a agência, praticamente, todos os departamentos da agência, dedicados à campanha de Cid, de 1958<sup>143</sup>.

A ação de contratar uma agência de publicidade e perceber uma campanha eleitoral como um produto comercial oferece indícios do comportamento do eleitor no período. Se tal investimento foi viabilizado, pode-se afirmar que as circunstâncias lhes eram propícias, ou seja, o comportamento do eleitor começava a se tornar peça chave no jogo político. Em outras palavras, a preocupação em ter uma campanha eleitoral profissionalmente organizada, em se investir monetariamente na sua elaboração, acreditando numa recompensa efetiva, semelhante à lógica clássica de mercado, na qual a oferta cria a demanda<sup>144</sup>, leva a crer que, neste momento, aquilo que se tomava por democracia estava longe de entrar em colapso na percepção dos agentes políticos.

As teses que explicam o Golpe de 1964, através da desestruturação do sistema partidário vigente, já foram questionadas por Antônio Lavareda desde a década de 1990<sup>145</sup>. Para o autor, o pequeno número de eventos eleitorais ocorridos neste período dificultaria a identificação de “tendências”. Além disso, nas disputas majoritárias estaduais, verificou-se um “nítido processo de dilatação da competição”<sup>146</sup>. E isto tornaria as teses da “desestruturação”, para o autor, improcedentes. Vale salientar que as análises de Lavareda são baseadas, exclusivamente, em dados quantitativos do Tribunal Superior Eleitoral. O que torna suas análises não somente importantes como praticamente conclusivas.

Se o seu trabalho traz um novo olhar sobre as teses desenvolvidas entre as décadas de 1960

---

<sup>143</sup>Entrevista cedida à autora. Recife, 17 de fevereiro de 2012.

<sup>144</sup>Na Economia Clássica, a Lei de Say afirma que a demanda não é um limite para a produção, isto é, toda oferta cria sua própria demanda, assim qualquer quantidade de mercadorias produzidas encontra mercado, é portanto solvável. “Com efeito, quando o último produtor acabou um produto, seu maior desejo é vendê-lo para que o valor desse produto não fique ocioso em suas mãos. Por outro lado, porém, ele tem igual pressa em desfazer-se do dinheiro tampouco fique ocioso. Ora, não é possível desfazer-se de seu dinheiro, senão comprando um produto qualquer. Vê-se, portanto, que só o fato da criação de um produto abre, a partir desse mesmo instante, um mercado para outros produtos”. SAY, J-B. **Tratado de Economia Política**. Abril Cultural, São Paulo, 1983. P. 139.

<sup>145</sup>LAVAREDA, José Antônio. A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed.: IUPERJ, 1991.

<sup>146</sup>Idem. P. 50.

e 1970<sup>147</sup>, o livro de Antônio Lavareda dialoga com uma geração de pesquisadores que começavam, de maneira ainda tímida, a romper com a tradição marxista de análise. Seu texto tenta desconstruir as teses elaboradas nas décadas anteriores como justificativas para o Golpe de 1964, que dialogavam com o binômio dominação-manipulação, já discutido antes neste mesmo texto.

Trabalhos como o de Lavareda, somados as possibilidades oferecidas pela Nova História Cultural em que, a exemplo do texto aqui desenvolvido, as dinâmicas eleitorais podem ser tomadas como objetos de análises, podem oferecer outro olhar sobre a fragilidade da experiência democrática vivenciada pela sociedade brasileira entre as ditaduras varguista e militar. A trajetória da campanha de Cid Sampaio enfatiza a complexidade do eleitorado na época. A saber, as primeiras peças publicitárias enviadas para os jornais de grande circulação como Diário de Pernambuco, Jornal do Comércio e Folha da Manhã apresentavam-se no seguinte formato:

Imagem nº 2: Anuncio da Campanha de Cid

---

<sup>147</sup> Para Antônio Lavareda, as teses que apresentaram a experiência democrática entre os anos de 1946 e 1964 como um processo de desinstitucionalização progressiva são: *Ensaio de Sociologia Eleitoral*, de Orlando Carvalho, publicado em 1958, em que autor chama a atenção para a multiplicação de legendas partidárias em nível de política municipal; *Brazilian Political Parties: Formation, Organization and Leadership*, Tese de Doutorado, de Phillis Peterson, defendida na Universidade de Michigan, em 1962, também segue a proposta de Orlando Carvalho, apesar de sua análise primeira ser a inversão de forças entre o PTB e o conjunto UDN e PSD; o artigo *Eleições de 1962: decomposição partidária e caminhos da reforma*, de Pompeu de Souza publicado na Revista Brasileira de Estudos Políticos, para este autor o crescimento do número de partidos, impedia a tendência de crescimento de qualquer que fosse deles, além disso, o comportamento eleitoral começava a se mostrar distinto da representação congressual; e os livros *São Paulo e o Estado Nacional (1975)*, *Bases do Autoritarismo Brasileiro (1982)*, além do artigo *Vinte anos de democracia representativa no Brasil, 1945-1964*, publicado na Revista Latino-Americana de Ciência Política, em 1971, todos de Simon Schwartzman, para este autor, a desestruturação se fazia perceber pelo crescente número de votos brancos e nulos nas eleições para a Câmara Federal, além da concentração de votos em candidatos específicos. In: Idem. *Ibidem*. P. 27.

O QUE SE PODE EXIGIR DE UM CANDIDATO  
PARA UM GOVERNADOR COMO O POVO EXIGE

**RENOVAÇÃO**

RENOVAR E INOVAR



Um novo sistema de administrar, com efetivo conhecimento dos problemas. Soluções práticas, visando o bem-estar do povo. Um governo inteiramente novo nos métodos de realizar mediante planejamento objetivo, para atender às reais necessidades de Pernambuco.

PARA A RENOVAÇÃO DE PERNAMBUCO

VOTE EM

- ➔ **CID** para governador
- ➔ **PELÓPIDAS** para vice
- ➔ **BARROS** para senador

Fonte: Diário de Pernambuco. Recife, 02 de setembro de 1958. P. 05.

Este modelo de peça publicitária foi veiculada cinco vezes, com intervalos médios de dois dias entre cada uma. Onde se ler “renovação”, nas demais leia-se: “planificação”<sup>148</sup>,

<sup>148</sup>Diário de Pernambuco. Recife, 05 de setembro de 1958. P. 05.

“objetividade”<sup>149</sup>, “responsabilidade”<sup>150</sup> e “ordem”<sup>151</sup>. Os textos também eram alterados conforme o tema apresentado. De forma objetiva, estes textos procuravam apresentar-se como críticas ao momento atual da política pernambucana, mas também, como propostas para o novo governo.

É notória, como já foi mencionado antes, a intenção de apresentar, não o candidato em si, porém uma administração, ou uma nova situação, interessada no “bem-estar do povo”. Outro tema recorrente, neste momento da campanha, como pode também ser lido na propaganda apresentada, é a questão do planejamento técnico de governo.

O objetivo destas propagandas era mostrar que o governo de Cid Sampaio seria dissidente do clientelismo político no qual se baseava as relações políticas até então. Esta crítica velada retoma a situação da credibilidade que vinha assumindo o sistema democrático, neste período. Mas também levanta a questão da personificação eleitoral, e enfraquecimento das ideologias partidárias. Nota-se que nesta propaganda, e em nenhuma das demais, a coligação<sup>152</sup> pela qual Cid Sampaio foi lançado candidato é apresentado.

A partir da segunda semana de setembro, a campanha de Cid Sampaio apresenta algumas mudanças. O tema central deixa de ser suas propostas de governo e passa a ser a exaltação da pessoa em si, do candidato. Isto acontece, talvez, em resposta ao endurecimento da campanha da Igreja Católica para que os cristãos não votassem em candidatos apoiados pelos comunistas.

No artigo intitulado “Igreja toma posição contra candidatos comunistas”<sup>153</sup>, o cardeal Don Jaime Câmara afirmou que “os partidos que contiverem, em suas legendas, candidatos comunistas não merecem confiança dos católicos”. Esta notícia foi transmitida do Rio de Janeiro e mostra a postura que a Igreja Católica assumiria nacionalmente.

As peças publicitárias publicadas a partir de então são remodeladas. Agora elas vêm com a foto do candidato em diferentes situações, como fazendo uma refeição em família<sup>154</sup>, trabalhando em um escritório<sup>155</sup>, ou discursando. Em todas elas, os textos procuram destacar um homem formado pelos valores cristãos e liberais, mas sem desconsiderar sua relação com o povo. Como pode ser notado na primeira peça publicada, com este novo perfil, no dia 21 (vinte e um) de setembro. Nesta propaganda, aparece uma foto do candidato cumprimentando pessoas, aparentemente, das classes populares, sob o título “um dos nossos”.

### Imagem nº 3: Anúncio da Campanha de Cid Sampaio.

<sup>149</sup>Idem.; e Folha da Manhã. Recife, 06 de setembro de 1958. P. 05.

<sup>150</sup>Idem. 10 de setembro de 1958. P. 05.

<sup>151</sup>Idem. 12 de setembro de 1958. P. 05.

<sup>152</sup>Coligação registrada pelo TRE, sob nome Oposições Unidas de Pernambuco, formada pelos partidos UDN, PTB, PSB, e PCB (na ilegalidade).

<sup>153</sup>Diário de Pernambuco. Recife, 16 de setembro de 1958. P. 01.

<sup>154</sup>Idem. Recife, 27 de setembro de 1958. P. 07.

<sup>155</sup>Idem. Recife, 23 de setembro de 1958. P. 07.



Fonte: Diário de Pernambuco. Recife, 21 de setembro de 1958. P. 07.

O texto, abaixo da foto, diz o seguinte:

Nascido e criado aqui, Cid é um dos nossos, é um homem que conhecemos e a quem admiramos. Hoje com 47 anos de idade, constitui precioso exemplo das qualidades de espírito e de caráter que definem o verdadeiro pernambucano. Nasceu no Recife, onde se desenvolveu assimilando os preceitos cristãos que sempre foram e serão o maior patrimônio de sua família. Fez seus primeiros estudos no Ginásio do Recife, atual Padre Félix, ingressando depois na Escola de Engenharia, onde se formou aos 21 anos de idade. Em sua vida escolar, desde cedo revelou fecunda inclinação para o estudo sério, para a análise dos nossos problemas, atitude que culminaria na formação de uma cultura e de uma experiência sempre presentes e atuantes nos momentos decisivos da realidade pernambucana.

Por tudo isso, Cid é mais que um candidato: é o sinal de que o nosso povo está se encontrando a si mesmo, através de uma candidatura que personifica nossas mais nobres e inaudíveis aspirações.

Note-se que é recorrente o artifício de enfatizar o candidato como cristão e pernambucano e que este fato seria decisivo na formação de sua moralidade cristã. Estas colocações podem ter sido feitas, porque o então governador, Cordeiro de Farias, a quem Cid (e coligação) fazia oposição, era natural do estado do Rio Grande do Sul.

Além disso, colocar os valores cristão como o maior patrimônio de sua família, era emitir signos de que, mesmo tendo o apoio dos comunistas, o candidato não compactuava com suas práticas. Deixando claro que não pretendia correr riscos por causa de sua coligação partidária, pois estava mais interessado em ganhar a confiança do eleitorado católico. Visto que a Igreja Católica se

colocara terminantemente contra os candidatos comunistas. Orientando os fiéis a seguir suas diretrizes e não votar nem em comunistas, nem em divorciados<sup>156</sup>.

E mesmo sendo empresário, não era por sua categoria social que ele procurava credenciar-se para assumir o governo, numa crítica indireta ao uso que o PSD fazia da máquina governista e da cultura de mandonismo local.

As análises desta e das demais peças publicitárias, apresentadas ao longo deste trabalho, foram feitas com base nas suas possíveis relações com a percepção do social no momento em que foram veiculadas nos meios de comunicação. Isto posto, entende-se que outras análises são possíveis como, por exemplo, aquelas relacionadas ao *gestalt* do objeto, em que se observa a diagramação, posição na página e o número da página em que foi publicada.

É possível uma problematização inicial dos elementos iconográficos existentes, como no caso: a seta. O uso de uma seta, geralmente está associado a indicação de um caminho, um sentido a ser seguido – note-se que o nome de Cid aparece na confluência de setas que remetem aos quatro pontos cardiais, assinalando que o candidato seria o fim, o resultado final, de todos os caminhos a serem seguidos.

Não cabe neste trabalho o aprofundamento destas análises, sabendo ser esta uma possibilidade para novas pesquisas, pois poder-se-ia fugir do seu escopo. O que pode ser questionado aqui, quanto ao objeto, a seta, é que seu possível idealizador, J. R. Albano, acabaria por tê-la como uma marca sua. Visto que, em 1962, quanto ele passa pelas campanhas de João Cleofas e, posteriormente, Armando Monteiro, este objeto poderá ser novamente visualizado nas peças apresentadas nos jornais.

Na última frase, pode-se notar o tom apelativo, em que Cid é apresentado como “mais que um candidato”, como uma nova situação, em que o povo teria enfim voz para emitir os seus mais íntimos anseios. De outra forma, colocando o candidato como sendo a própria expressão popular. E esta forma de apresentar Cid Sampaio foi tomada como mote principal nas últimas semanas da campanha. Quando então é lançado o *slogan*: “O eleitor é quem diz Cid”.

Imagem nº 4: Capa do disco promocional da campanha de Cid

---

<sup>156</sup> **Diário de Pernambuco**. Recife, 16 de setembro de 1958. P. 01.



Fonte: Acevo pessoal de Samuel Valente.

Esta imagem é a capa do disco lançado durante a campanha de Cid Sampaio. É possível notar elementos que remetem a realidade e as propostas do candidato. A sua foto é posta entre dois desenhos, de um lado, um trator próximo a pés de cana, remetendo a sua condição de usineiro. Do outro, a imagem de uma fábrica, que tanto descreve a sua condição social, como remete às suas propostas de campanha voltadas para o desenvolvimentismo. O disco continha duas músicas: *hino da recuperação e grande CIDadão*.

Uma delas era um hino, estilo musical comum às campanhas eleitorais até então, trazia frases imperativas, remetendo ao Movimento de Recuperação idealizado pelas classes produtoras em 1957 e que procurou criar núcleos de associações comerciais no interior do estado. Situação que levou Cid a se tornar o candidato oposicionista.

As principais propostas do candidato são descritas na letra. Procura incitar o eleitor a votar conscientemente naquele que pretende trabalhar pelo crescimento do estado. Votar consciente, nesta época, seria não se submeter ao mandonismo local, característico da máquina pessedista. Além disso, suas principais propostas estavam voltadas para o desenvolvimentismo: estradas e escolas eram os meios práticos para essas intenções. Reagir seria dizer não a situação vigente.

Reagir! Reagir!  
É a palavra de ordem e ação!  
Reagir! Reagir!  
Num movimento de recuperação!  
Pernambuco imortal  
Escolheu CID SAMPAIO pra vencer!  
Dá teu voto consciente,  
Pernambuco precisa crescer!

Trabalho! Estradas! Escolas!  
Vamos lutar pela recuperação!  
CID SAMPAIO!  
CID SAMPAIO!  
Para comandar a redenção!<sup>157</sup>

A outra música era um frevo-canção, de Nelson Ferreira, este estilo musical, de apelo mais popular, era algo inédito numa campanha eleitoral, mas apresentava-se muito mais próximo do público ao qual se pretendia alcançar. Diferente os interesses nacionais da UDN, que procurava se aproximar dos “notáveis”<sup>158</sup>, em Pernambuco, este partido voltou-se para as classes populares e médias assumindo uma intenção exclusivamente eleitoreira.

CID! CID! CID!  
O grande CIDADão  
Que vai ser governador!  
Vai ganhar a eleição!  
O sertão quer  
CID!  
O agreste quer  
CID!  
O “asfalto” quer  
CID!  
E a “poeira” também!  
O Leão do Norte  
Vai, enfim, despertar  
E sua juba agitar!<sup>159</sup>

Nesta música Cid não foi apresentado como aquele que lideraria um movimento, mas como um objeto de desejo, era aquilo que o Sertão, o Agreste, o “asfalto” e a “poeira” queriam. O candidato não se tratava mais de alguém inatingível, inquestionável, mas o resultado da escolha do votante. Aquele que vota, agora, é quem tem o poder.

Esta estratégia inverte a relação entre político e eleitor, como existira até o momento, mas também insere este comportamento nas lógicas econômicas, em que um produto é desenvolvido de acordo com pesquisas de mercado, para atender aos interesses específicos do público-alvo, para quem se quer “vender”. Assim, volta-se a questão de que se a democracia não estivesse sendo percebida de forma consolidada, ao ponto de sua principal expressão – as eleições – poder ser analisada como um nicho mercadológico, talvez ações como as apresentadas aqui não tivessem sido elaboradas.

Uma outra questão a ser discutida quanto ao *slogan* da campanha, remete à construção

---

<sup>157</sup>Letra da música de autoria de José Menezes e Manuel Gilberto, interpretada por um Côro (não especificado no documento). Acervo Pessoal Samuel Valente.

<sup>158</sup> BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. **Op. Cit.** P. 115-117.

<sup>159</sup>Letra da Música, cantada em Côro (não especificado no documento). Acevo pessoal Samuel Valente.

memorialística do mesmo. No lugar de “o 'eleitor' é quem diz Cid”, foi construída a memória coletiva de “o 'povo' é quem diz Cid”. Além disso, obras acadêmicas já citadas, como os trabalhos de Dulce Pandolfi e José Arlindo Soares, também assumem a palavra “povo” no lugar de “eleitor”, quando se referem à chamada desta campanha. Note-se que o termo *eleitor* está inscrito no evento para o qual foi elaborado. Afinal público-alvo de qualquer campanha eleitoral, não é, estatisticamente, toda a população de uma dada região, mas o subgrupo habilitado a expressar sua vontade através do voto.

O termo *povo*, portanto, é resultado de um processo elaborado, ou moldado, no tempo histórico para a construção de um mito. Entretanto, aqui, se entende mito segundo a perspectiva de Alessandro Portelli, para quem “o mito não é necessariamente uma história falsa ou inventada; é, isso sim, uma história que se torna significativa na medida em que amplia o significado de um acontecimento. [...] Não é uma narrativa unívoca, mas uma matriz de significados”<sup>160</sup>.

Dizer que o “povo” foi quem decidiu por Cid Sampaio, seria criar um mito – conforme a perspectiva de Portelli – e, portanto, não falseia o resultado das eleições de 1958. Somente amplia o seu significado, como alegou o autor, torando a vitória do candidato maior do que os números apresentados pelos relatórios oficiais do TRE, tentando construí-la historicamente como uma unanimidade, ou seja, na construção histórica deste evento, não teria sido os eleitores que haviam elegido o candidato, mas todo o povo. Assim, as memórias apresentadas acerca deste momento o tem como um marco na política, em que se fez o fim do mandonismo local e do pessedismo já analisado neste trabalho e reconhecido pela historiografia.

A construção destas memórias também tiveram a contribuição da música feita para o carnaval do ano de 1959 (mil novecentos e cinquenta e nove), da autoria de Nelson Ferreira. Intitulada *Bloco da Vitória*, esta música comemorava a vitória de Cid Sampaio nas eleições do ano anterior.

O Bloco da Vitória está na rua  
desde que o dia raiou  
Venha minha gente pro nosso cordão  
que a hora da virada chegou

Quando o povo decide  
cair na frevança  
não há quem dê jeito  
Aguenta o rojão, fica sem comer  
mas no fim, ei!  
Está tudo OK!  
Quá, quá, quá, quá  
O prazer é gargalhar

---

<sup>160</sup>PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val de Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). Usos & abusos da história oral. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. P. 120 e 123.

E com bate-bate de maracujá  
a nossa vitória vamos festejar<sup>161</sup>

O refrão da música inicia com a expressão: “quando o povo decide cair na frevança”. Numa analogia direta ao *slogan* “o eleitor é quem diz Cid”. O trocadilho entre a voz do eleitor nas urnas e a decisão do povo em frevar, acabou por oferecer elementos para a construção da memória do mito: *o povo é quem diz Cid*.

No nível partidário, quanto maior a proximidade do pleito, maior era a revelia dos líderes do interior à candidatura do PSD. Este comportamento é destacado pelo *Jornal do Comércio*, ao afirmar que os líderes de Salgueiro, Cabrobó, Exú, Surubim e Bezerras – redutos tradicionalmente pessedistas – haviam expressado publicamente seu apoio ao candidato da UDN. O articulista chega a afirmar: “a receptividade de Cid Sampaio, no Sertão, na Zona da Mata e no Agreste é um sério indício de sua vitória”<sup>162</sup>. E assim se fez.

No dia 3 (três) de outubro de 1958 (mil novecentos e cinquenta e oito), foram realizadas as eleições e o resultado representou mais do que a vitória do candidato oposicionista, representou o “desmonte da máquina pessedista”. Pela primeira vez o PSD perdeu um pleito para o governo do estado. Com isto, o governador Cordeiro de Farias renuncia ao cargo em novembro do mesmo ano alegando, entre outras coisas, que “o povo deu a vitória ao candidato cuja campanha eleitoral caracterizava-se pelo combate a tudo o que se vinha fazendo naquele Estado”<sup>163</sup>.

A vitória de Cid Sampaio representou a consolidação do maior objetivo das forças oposicionistas, para Dulce Pandolfi, “era este um dos momentos mais significativos da história política de Pernambuco: após mais de vinte anos consecutivos de dominação, a elite estadonovista havia perdido o controle do poder do Estado”<sup>164</sup>. Entretanto, logo após a sua posse, as Oposições Unidas começaram a se apresentar não tão “unidas” quanto se mostraram durante a campanha eleitoral, apesar do esforço do governador eleito.

No início da nova administração, surge o debate em torno do possível candidato para a sucessão municipal, visto que as eleições já estavam marcadas para 2 de agosto de 1959. O Partido Comunista articula-se em torno do nome de Miguel Arraes<sup>165</sup>. O governador não se mostra interessado nesta candidatura, entretanto, “sem outra opção, Cid Sampaio, por sugestão de Pelópidas Silveira, reuniu no palácio cerca de quinhentos comerciantes e industriais para comunicar-lhes que apoiava Arraes. Este reforço das 'classes produtoras', que queriam preservar o prestígio do governador, foi muito influente na vitória do candidato da Frente do Recife”<sup>166</sup>.

<sup>161</sup> Composição de Nelson Ferreira, para a comemoração da vitória de Cid Sampaio, no carnaval de 1959. Gravado na Mocambo, pelo Bloco Mocambinho na Folia. Acervo pessoal de Samuel Valente.

<sup>162</sup> *Jornal do Comércio*. Recife, 14 de agosto de 1958. P. 04.

<sup>163</sup> *Diário de Pernambuco*. Recife, 16 de novembro de 1958. P. 01.

<sup>164</sup> PANDOLFI, Dulci. Op. Cit. P. 194.

<sup>165</sup> CAVALCANTE, Paulo. Op. Cit. Pp. 295-297.

<sup>166</sup> Idem. P. 293.

### 3.2 Uma gostosura? Cid no governo e Arraes na prefeitura.

O trabalho com os aspectos memorialísticos da história pode ser feito através dos mais diferentes registros históricos, entre eles a canção, como expressão de uma cultura, a música, por exemplo, transmite percepções de acontecimentos sociais, políticos e econômicos de uma sociedade. Devendo, portanto, ser tomada como uma representação do social para a análise historiográfica do período em questão.

A música de apelo popular não exige do receptor um conhecimento elaborado sobre códigos musicais, e sua difusão fica a cargo de meios de comunicação também considerados populares, por alcançarem em um mesmo instante, uma grande quantidade de ouvintes. No caso específico deste trabalho, destacam-se o rádio e os carros com alto-falantes.

Para este tipo de análise, também não é exigido do historiador um domínio sobre códigos musicais, embora seja possível encontrar na melodia elementos que possam enriquecer a pesquisa. Entende-se a possibilidade que “os instrumentos, a altura, o ritmo, os arranjos musicais, podem ser relacionados ao texto, à mensagem escrita do autor, ultrapassando a análise estritamente literária desta expressão artística”.<sup>167</sup>

A canção, tendo uma linguagem diferente do texto escrito, precisa ser tomada no todo, como um documento escrito e melódico. No entanto, este trabalho limitar-se-á em suas observações quanto a estrutura musical dos documentos, pois, por não possuir arcabouço técnico suficiente, nem ser este o foco principal do tema aqui discutido, existe o temor de uma análise nesta perspectiva acabar caindo no critério da opinião e, portanto, fugindo do propósito primeiro de uma pesquisa em história.

Não se pode, entretanto, negar o forte poder de comunicação que a música possui. No capítulo anterior, analisou-se a importância da produção musical na década de 1950 e por isso sua importância como fonte historiográfica. A análise aqui sugerida segue os procedimentos comuns do exame documental. Sabe-se quem compôs a obra, e quando foi composta, além de conhecer o contexto de sua produção, sendo estes os seus elementos narrativos.

O que se pode verificar na seguinte composição. Trata-se da música tema da campanha eleitoral de Miguel Arraes para a prefeitura do Recife.

Êta minha gente  
vai ser uma gostosura!  
Com Cid no governo  
e Arraes na prefeitura  
O voto da poeira

---

<sup>167</sup>CALISSI, Luciana. 40 anos de 1964 – Para lembrar de não esquecer: Tempos de repressão, tortura e de resistência contra a ditadura. In: BEZERRA, Rosilda A.; CHAGAS, Waldeci F.; LINS, Juarez N. (org.). Sociedade, Identidade e Diversidade. Guarabira/PB: Editora dos Organizadores, 2006. P. 18.

Miguel arrasta  
O voto do asfalto  
Miguel arrasta  
Com Cid vai crescer  
Vai haver muita fartura  
Com Cid no governo  
e Arraes na prefeitura<sup>168</sup>

Como foi dito antes, o governador Cid Sampaio, eleito no ano anterior, apesar de relutante, apoia a candidatura de Arraes. Novamente a “Frente do Recife” é formada, agora através da coligação do PST, PSB, PSP e UDN. Entretanto, Dulci Pandolfi, chama atenção para o fato desta formação ter significados diferentes daquelas de 1958, pois, apesar de participar da Frente, a UDN não era a sua principal força. Para a autora, por não ser um homem das classes produtoras, Arraes se fazia notar pela aliança com os setores mais comprometidos com os movimentos populares<sup>169</sup>.

Para Gregório Bezerra, o apoio do governador empossado não era garantido, segundo o comunista, seria preciso mobilizar a população no sentido de pressionar Cid Sampaio pelo seu apoio. Assim no mesmo dia da posse, iniciaram-se os trabalhos para o lançamento da candidatura de Arraes. Segundo Gregório Bezerra:

A primeira medida foi imprimirmos um panfleto com a palavra de ordem “Cid no Governo, Arraes na Prefeitura”, que distribuimos no próprio dia da posse do novo governador, tanto para o povo que superlotava a praça para a cerimônia de posse como em todos os bairros do Recife. Assim se lançou a campanha pela candidatura de Arraes para a prefeitura.<sup>170</sup>

Não se sabe como se deu o processo de composição da música de autoria do maestro Nelson Ferreira, mas através do cruzamento das fontes é possível perceber que a frase inicial se mostra como uma representação das diretrizes propostas pelos comunistas nas estratégias da campanha.

Outro aspecto que chama atenção na letra da música são as palavras “poeira” e “asfalto”, significando as diferentes áreas da cidade. A primeira diz respeito aos bairros mais populares, carentes de estruturas públicas como, por exemplo, ruas asfaltadas. Diferentemente dos bairros de classe média e alta, representados pela palavra “asfalto”. A proposta era mostrar um candidato capaz de governar para as diferentes classes da sociedade. A letra continua sugerindo que uma das principais plataformas de campanha de Cid Sampaio seria seguida por Miguel Arraes: o crescimento econômico, pois a cidade deveria estar de acordo com os planos de governo do estado, para que pudesse se beneficiar do mesmo.

O respaldo eleitoral adquirido por Cid na eleição anterior pode ser percebido no fato da

---

<sup>168</sup>Miguel Arrais... Tá! Frevo-canção de Nelson Ferreira, interpretado por Claudionor Germano. Selo Mocambo da Fábrica de Discos Rozemblit. Gravação particular de 1959. Acevo pessoal de Samuel Valente.

<sup>169</sup>PANDOLFI, Dulce. Op. Cit. P. 201.

<sup>170</sup>BEZERRA, Gregório. Op. Cit. P. 154.

música apresentar o seu nome praticamente na mesma quantidade de vezes que o do atual candidato. E não só isso, segundo Carlos Garcia, “Arraes teve um bom apoio. Toda a estrutura de Cid foi para o Arraes”<sup>171</sup>. Miguel Arraes de Alencar vence esta eleição com mais de 56% (cinquenta e seis por cento) dos votos válidos, conforme o relatório final do TRE, publicado em Janeiro de 1960 (mil novecentos e sessenta).

A base do seu governo manteve-se semelhante à da sua campanha. Arraes nomeia Hiram Pereira como secretário de administração e Aluísio Falcão como diretor da Divisão de Assuntos Culturais da cidade, membros do Partido Comunista<sup>172</sup>. Esta postura assumida pelo prefeito da cidade do Recife começa a distanciar-se dos planos do governador, que mantinha uma relação tênue com as esquerdas apenas para não comprometer seu futuro político<sup>173</sup>. As divergências entre os dois começam a se salientar a partir da campanha presidencial de 1960 (mil novecentos e sessenta). Quando Cid apoia a candidatura de Jânio Quadros, enquanto Arraes apoia o general Teixeira Lott. A partir deste momento “o governo udenista de Pernambuco recompõe-se com a direção nacional do partido e se submete às suas diretrizes”<sup>174</sup>.

A mudança de postura do udenista Cid Sampaio com relação aos compromissos assumidos em sua campanha eleitoral pode ser analisada segundo a ótica de Georges Balandier. Em seu livro *O poder em cena*<sup>175</sup>, o autor afirma que “por trás de todas as formas de arranjo da sociedade e de organização de poderes encontra-se, sempre presente, governando dos bastidores, a 'teatrocracia’”<sup>176</sup>. Este é o conceito central de sua obra e para ele já teria sido usado por Shakespeares, quando afirmou que “o mundo inteiro é uma cena”<sup>177</sup>.

Balandier afirma que todo sistema de poder é destinado a produzir efeitos semelhantes aos ilusórios produzidos pelo teatro. A exemplo de Maquiavel que consegue transformar o Príncipe em herói<sup>178</sup>. A pesquisa que vem sendo apresentada neste texto ressalta que o discurso nacional desenvolvimentista utilizado na campanha de Cid Sampaio mostrou-se eficaz para sua intenção: vencer as eleições. Mas seu distanciamento das esquerdas e, por conseguinte, aproximação com o Instituto Brasileiro de Ação Democrática – IBAD – e com a Aliança para o Progresso, assinala que sua intenção em advogar por medidas de proteção ao capital privado, não dialogava com a imagem produzida em sua campanha eleitoral<sup>179</sup>.

O autor utiliza o termo “ator político”, diferente do conceito de agente político, como sendo

<sup>171</sup>Entrevista com Carlos Garcia. Cedida à autora. Op. Cit.

<sup>172</sup>PAGE, Joseph A. A Revolução que nunca houve. O Nordeste do Brasil - 1955-1964. Tradução: Ariano Suassuna. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1972. P. 76.

<sup>173</sup>SOARES, José Arlindo. Op. Cit. P. 77.

<sup>174</sup>Idem. P. 78.

<sup>175</sup>BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Tradução de Luiz Tupy Caldas de Moura. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

<sup>176</sup>Idem. P. 05.

<sup>177</sup>Idem. Ibidem.

<sup>178</sup>Idem. Ibidem. P. 06.

<sup>179</sup>SOARES, José Arlindo. Op. Cit. P. 78.

aquele que exerce um papel social na cena, ou espaço, das relações políticas. Para Balandier o “ator político” assemelha-se àquele que traz a ilusão como o ator teatral. Além disso ele afirma que todos os processos políticos tem o seu perfil de teatralidade porém...

... é o modo democrático que se baseia na representação e em que o poder resulta de regra majoritária. [...] Depende da arte da persuasão, do debate, da capacidade de criar efeitos que favoreçam a identificação do representado ao representante. Ele dramatiza pela eleição, ocasião que uma “partida” nova pode ser jogada. A intensidade da ação resulta da incerteza quanto à maioria, sua manutenção ou sua mudança. [...] As novas técnicas dão meios mais poderosos à dramatização democrática, os da mídia, da propaganda e das sondagens políticas. Elas reforçam a formação das aparências, ligam o destino dos homens de poder tanto à qualidade de sua imagem pública quanto às suas obras. Denuncia-se então a transformação do Estado em “espetáculo”, em teatro de ilusão. O que se torna assim submetido à crítica, considerado como perversão, não é senão o aumento de uma propriedade indissociável das relações de poder<sup>180</sup>.

O que Balandier analisa, em teoria, foi apresentado nas memórias deste capítulo. As eleições passaram a ser vistas através da profissionalização das campanhas eleitorais, como um teatro. Ou um negócio passível de gerar lucros. A tecnologia midiática – publicidade sistematizada, pesquisa de opinião, organização de escritório de propaganda – começou a ser utilizada para se alcançar espaços antes dominados apenas por decisões de cunho pessoal.

A vitória de Miguel Arraes, para a prefeitura, trouxe à tona “o espírito de antagonismo tradicional que prevalecia entre as massas populares rurais e urbanas”<sup>181</sup>. Além disso, como afirmou Adirson Barros, a articulação udenista durante a campanha eleitoral de 1958, para desprestigiar os “coronéis” pessedistas, proporcionou a substituição da velha máquina por uma nova, ampliando as divergências entre os partidos tradicionais<sup>182</sup>.

O rompimento público e eleitoral se deu durante as eleições de 1960 (mil novecentos e sessenta), para presidência da república, quando a Frente do Recife apoiou o Teixeira Lott, que perdeu para Jânio Quadros, tendo o apoio, na região metropolitana do Recife, do então Governador. Em contrapartida, este aparente desprestígio eleitoral fora compensado pela administração do prefeito do Recife que...

... mobilizando a população através das associações de bairros e do movimento de cultura popular, Arraes prossegue no ritmo de trabalho imprimido pelo seu antecessor, o socialista Pelópidas Silveira, e ataca só problemas considerados básicos no município: ampliação dos transportes coletivos, urbanização dos mocambos e alargamento das avenidas<sup>183</sup>.

<sup>180</sup>BALANDIER, Georges. Op. Cit. P. 08.

<sup>181</sup>SOARES, José Arlindo. Op. Cit. P. 79.

<sup>182</sup>BARROS, Adirson. Op. Cit. P. 47.

<sup>183</sup>Idem. P. 67.

No plano nacional, entretanto, faz-se necessário observar como se deu a vitória de Jânio Quadros. Segundo a Historiografia, o personalismo do candidato aliado à uma eficaz propaganda, seriam os principais fatores de sua força política<sup>184</sup>. No entanto, assim como também na proposta deste trabalho, Jefferson Queler<sup>185</sup> afirma que não se deve tomar o eleitorado brasileiro como ingênuo ou passivo.

A tese desenvolvida pelo autor se baseia em cartas de populares enviadas ao candidato à presidência, em que membros de diferentes grupos sociais narravam suas experiências em fazer, eles próprios, campanha para Jânio, através de textos, poemas e músicas. Ou seja, para Queler, a eficácia do seu personalismo se desenhou na mesma medida em que ele fora associado a propostas políticas discutidas pela população. Por outro lado, o candidato apoiado pela Frente do Recife “mantém-se insensível aos apelos das grandes massas com pronunciamentos genéricos sobre o nacionalismo e desenvolvimento econômico”<sup>186</sup>.

Em seu texto, Queler apresenta trechos da carta de uma professora primária de Olinda-PE, na qual ela relata sua situação financeira, e apresenta-se como sendo de “classe média”. A professora Zilda Maria de Serra afirma, entre outras coisas que “nós não desejamos grandes 'avanços', nós não desejamos outra Brasília! Nós desejamos os preços de 20 anos atrás! [...] Esperamos de todo coração que afinal haja um Presidente humano e objetivo”.<sup>187</sup> Numa referência ao governo vigente, Zilda afirma-se insatisfeita e deseja um governo federal oposto ao de então. Se observar a atuação da Prefeitura do Recife, aliada à imagem construída pelo eleitor de Jânio Quadros, é possível perceber uma coerência em seus interesses específicos. E, em certa medida, entender como o candidato da UDN venceu o pleito à presidência, ao passo que seu opositor, João Goulart candidato à vice-presidência pelo PTB (este apoiado pelas esquerdas), também saiu vitorioso.

Na esfera estadual, o governador Cid Sampaio fortalece sua política alinhada à UDN nacional. Seu interesse principal passa a ser liquidar qualquer vestígio da máquina pessedista no interior do estado e em seu lugar fortalecer as bases da UDN, pois a eleição para presidente de 1960 (mil novecentos e sessenta) confirmou a fragilidade da aliança que o elegera.

---

<sup>184</sup>Tradicionalmente considera-se que ascensão de Jânio Quadros se deu como um resíduo emocional do varguismo (RAMOS, 1961:17), pois os trabalhadores se mostraram insatisfeitos com a política empreendida pelo governo de Juscelino Kubitschek, seria o voto do contra e, paradoxalmente, a favor de um candidato apoiado pelos grupos reacionários do país (BASBAUM, 1986:235). Um outro motivo de sua vitória estaria associada a sua habilidade em não se identificar com nenhuma linha estabelecida do jogo político (SKIDMORE, 1967:231), (ou com todas), no Recife, por exemplo, em seus comícios defendeu a reforma agrária, a independência nacional e o desenvolvimento econômico e social, princípios atribuídos à esquerda (SOARES, 1982:80).

<sup>185</sup>QUELER, Jefferson José. Entre o mito e a propaganda política: Jânio Quadros e sua imagem pública (1959-1961). Tese de Doutorado. UNICAMP. IFCH. 2008.

<sup>186</sup>SOARES, José Arlindo. Op. Cit. P. 80.

<sup>187</sup>QUELER, Jefferson José. Op. Cit. P. 217.

Para resumir, o governo de Cid Sampaio significou uma monótona reedição de tudo o que tinha sido o exercício da política no Estado: violências policiais, protecionismo político, empreguismo, prisões de líderes estudantis e sindicais, corrupção administrativa e todas essas práticas de administração da coisa pública a que já nos acostumamos.<sup>188</sup>

Diante deste quadro, as esquerdas passam a investir no fortalecimento das Associações de Bairro, numa linha política distinta do governo do estado. E em 1962 (mil novecentos e sessenta e dois) romperam oficialmente com o governador, na *Carta Aberta ao Governador Cid Sampaio*, publicada na Folha do Povo de 13 (treze) de janeiro de 1962 (mil novecentos e sessenta e dois). Alegando que, entre outras coisas, “Cid renegou as medidas defendidas na campanha eleitoral”<sup>189</sup>.

A partir deste momento, as esquerdas começaram a se articular para o lançamento do seu candidato ao governo. O PTB insistiu em lançar um candidato sob sua legenda, mas durante a convenção organizada para este fim, o partido foi neutralizado pelo “grande número de populares que compareceu ao recinto da convenção vivou a noite inteira o nome de Arraes, não deixando nenhuma alternativa para discussão de outro nome”<sup>190</sup>. O PSD, sabedor da perda de sua expressão eleitoral, cindiu-se.

A ala mais tradicional, liderada por Etelvino Lins resolve abster-se da eleição e a ala progressista e majoritária nesta ocasião, sob o comando do deputado estadual Paulo Gerra, resolve apoiar Arraes, tendo o próprio Guerra como candidato a vice-governador. Eis que surge uma minoria insistindo em lançar um candidato próprio: Armando Monteiro Filho, então Ministro da Agricultura, insubordina-se às diretrizes do PSD e lança sua candidatura com a legenda do PSP. Por outro lado, apoiado – depois de muito custo – pelo governador, João Cleofas é lançado candidato pela UDN.

As eleições de 1962 (mil novecentos e sessenta e dois) viriam a ser disputadas, portanto, por três candidatos. Pelas esquerdas ter-se-ia Miguel Arraes, que venceu o pleito. As forças tradicionais, a direita, apoiaram João Cleofas. E Armando Monteiro apresentando-se como uma opção “contra os extremos”. A vitória ficou, mais uma vez, com a aliança liderada pelo PSB e PCB (na ilegalidade), a Frente do Recife. Sendo eleito Miguel Arraes, governador.

---

<sup>188</sup>BRAYNER, Flavio Henrique Albert. **Partido Comunista em Pernambuco: mudança e conservação na atividade do partido comunista brasileiro em Pernambuco; 1956-1994**. Recife: FUNDAJ / Editora Massangana, 1989. P. 105.

<sup>189</sup>Folha do Povo. Recife, 13 de Janeiro de 1962. In: SOARES, José Arlindo. As eleições de 1958 e 1962 em Pernambuco: O Nordeste com sinais trocados. APUD: LAVAREDA, Antônio e SÁ, Constança (org.). *Poder e Voto: luta política em Pernambuco*. Recife: FUNDAJ / Ed. Massangana, 1986. P. 122.

<sup>190</sup>CAVALCANTE, Paulo. Op. Cit. P. 314.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou acompanhar as dinâmicas eleitorais realizadas em Pernambuco, entre os anos de 1950 e 1958. Considerando alguns aspectos referentes à bibliografia memorialística e acadêmica que aborda a história política do estado, com a qual procurou-se traçar um diálogo ao longo destas páginas.

Apresentaram-se as disputas de memórias políticas e como as “vencedoras” influenciaram nas abordagens sobre as campanhas eleitorais deste período. Assim, estas memórias devem ser consideradas para a produção de análises historiográficas, situadas em seus lugares de produção e problematizadas.

É preciso considerar que, já em 1945, os atores políticos das campanhas já imprimiam novas formas de disputa pelo poder. Iniciava-se um processo para a conquista do voto do eleitor e para isso, diversas práticas foram utilizadas e aprimoradas ao longo das campanhas eleitorais.

O período da Terceira República, do qual parte foi analisado neste texto, constituiu-se em um momento de participação popular, com demonstrações variadas da adesão ou rejeição do eleitor, que ocorreram ao mesmo tempo em que se ampliava a utilização de material de publicidade e propaganda. No entanto, toma-se de empréstimo as indagações de Maria Victória Benevides:

Registro, nestas considerações finais, meu interesse por uma nova pesquisa sobre partidos políticos. O ponto de partida seria o eleitor, e não as lideranças. Trata-se de uma possível transposição da *estética da recepção* (da área literária) para a *política da recepção*, na qual se privilegia o papel e as atitudes do eleitor, que recebe a mensagem do “estado maior” do partido mas que, eventualmente, também transmite suas expectativas ou discordâncias. A formulação da pesquisa partiria das seguintes indagações básicas: qual a possibilidade de influência real do eleitorado sobre as decisões o partido? Até que ponto a categoria “eleitor comum” é tão passiva quanto aparenta? O que existe de demagógico ou de realmente representativo nos vínculos entre a cúpula dirigente e suas bases eleitorais?<sup>191</sup>

Deve-se considerar que se tentou lançar um olhar inicial para estas questões quando se apresentou as mudanças de direcionamento no desenrolar das campanhas, mas bem se tem a compreensão de que este tema permite uma pesquisa específica, para responder a estes e outros questionamentos. O que se procurou fazer aqui foi mostrar as estratégias eficientes de campanha e processos de identificação com a população, que ocorreram de formas diferentes na capital e no interior do estado.

---

<sup>191</sup> BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. **Op. Cit.** P. 279.

Inovações nas campanhas foram ampliadas, os programas de rádio transmitiam noticiários e entrevistas com políticos e comitivas jornalísticas passaram a acompanhar os candidatos. Mas, o auge do investimento em campanha eleitoral ocorreu em 1958, com a utilização da tecnologia e dos meios de comunicação desenvolvidos até então, para a propaganda política.

Apesar disso, práticas reacionárias permaneciam vigentes. Como a fraude e a violência, onde era possível cooptar eleitores com favores ou silenciar os oponentes com truculência. O mandonismo local, entretanto, como sistema político fundamentado na prática de barganha e na troca de favores, não conseguira se reproduzir literalmente no contexto urbano. Obrigando as lideranças políticas a reavaliar suas ações de legitimação do exercício do poder institucional. Neste ínterim, surgem expressões como o já analisado Movimento Popular Autonomista.

A documentação evidenciou que ações como as do MPA lançaram uma nova forma de organização do eleitorado, com iniciativas de arregimentação, reuniões de propaganda e inscrições de eleitores. Estes são alguns elementos da cultura política desse tempo-espço, onde os eventos observados tornam-se significativos para o entendimento dos processos de disputa política. O que se buscou fazer aqui pode ser resumido nas palavras de Ricardo Pacheco:

O conceito de cultura política nos licencia para organizar o conjunto disperso de elementos do real vivido e imaginado, apontando para a percepção das redes de significados inerentes às relações sociais. Permite entender as recorrências como uma forma particular dessa comunidade de sentidos codificar, interpretar e agir no campo político. Possibilita organizar as representações e práticas como elementos do código operado pelos agentes sociais para dar sentido às disputas e embates na defesa de seus interesses individuais e coletivos.<sup>192</sup>

Assim sendo, a análise das campanhas, através da narrativa aqui apresentada, permitiu evidenciar as representações e práticas dos agentes envolvidos nestes fenômenos. Como consequência da emergência de agentes coletivos e de personagens individuais como representantes dos interesses de grupos sociais particulares, a exemplo da greve dos produtores.

Às vésperas de cada pleito, havia uma intensa atividade de mobilização eleitoral e essas ações variavam de reuniões de propagandas em seus escritórios sedes, às passeatas de rua e comícios. Pela documentação consultada, foi possível notar que elas seguiam um modelo de organização preestabelecido pelos publicitários. Além da articulação de diversos espaços de sociabilidade onde se pode perceber a dimensão dessa cultura política com as ações de mobilização do eleitorado. O eleitor, antes conduzido pelo cabresto, agora necessitava ser reconhecido como ator político a ser convencido a participar do processo eleitoral.

---

<sup>192</sup> PACHECO, Ricardo Aguiar. **A vaga sombra do poder: vida associativa e cultura política na Porto Alegre da década de 20**. Tese de Doutorado. UFRS. IFCH. 2004. P. 285.

Outro momento singular para a manifestação política era a chegada de alguma liderança à cidade, como a vinda de Luiz Carlos Prestes durante as eleições de 1958 e que teve influência significativa na mudança das intenções de votos. Além disso, a rua ainda era o espaço socialmente legítimo para manifestações políticas. Sendo a campanha de Pelópidas, em 1955, apesar de sua aparente eficiência, uma exceção aos modos de se fazer campanha, neste período.

Através destas dinâmicas eleitorais procurou-se analisar a desarticulação do partido-máquina, PSD, até a ascensão da UDN. É importante notar que apesar de ser caracterizado por seu estilo pragmático – no tocante às práticas clientelistas de cunho eleitoreiro – o PSD não pode ser entendido como um partido destituído de significado ideológico. Mas o conteúdo clientelista da política de máquina, condiciona o prevalecimento de um enfoque particularista e individualizado dos interesses envolvidos, onde se pode observar estes critérios se sobrepondo aos critérios universalistas na alocação dos recursos e distribuição dos benefícios entre os atores sociais. Representando, assim, um mecanismo de controle social em benefício de interesses dominantes. No entanto, o que a documentação acessada mostrou pode ser verificado nos dizeres de Eli Diniz:

O estilo de ação que caracteriza [a máquina política] traz em si elementos capazes de gerar certo potencial de instabilidade, estimulando o desencadeamento dos processos políticos que procurar evitar, qual seja, a transposição, pelos grupos envolvidos, dos limites à participação implícitos no esquema clientelista e o desdobramento de sua capacidade reivindicatória para além dos temas consensuais.<sup>193</sup>

Espera-se que na narrativa o descontentamento ao limites da prática clientelista tenha ficado em evidência ao serem analisados os fatos como a greve dos produtores e as campanhas de Pelópidas Silveira e Cid Sampaio. Para isso procurou-se mostrar o estado de Pernambuco de sinais trocados com relação à política nacional desenvolvida pela UDN. Enquanto nacionalmente a UDN procurava se apresentar como a defensora da moralização administrativa, em Pernambuco este partido se mostrava mais preocupado com os eleitores, voltando-se para o esquema de coligações eleitorais.

A diferença mais significativa entre os dois principais partidos aqui analisados, PSD e UDN, está no fato da UDN assumir uma postura tradicionalmente antiestadista, nos moldes da economia clássica, e ser favorável ao capital estrangeiro. Enquanto o PSD, procurava assumir uma linha na época chamada de “progressista”, em que admitia, ao mesmo tempo e com igual participação, a intervenção estatal e o capital estrangeiro.

O que a documentação apresentada evidencia é que estas posturas foram invertidas. Tendo Cid Sampaio se apresentado, em sua campanha, como um “progressista”. Este papel, considerando o conceito de teatocracia apresentado, não pode ser mantido por muito tempo, levando seus aliados

<sup>193</sup> DINIZ, Eli. **Op. Cit.** P. 45.

de campanha a romperem formalmente com seu governo. Logo após a vitória do socialista Miguel Arraes à prefeitura do Recife em 1959.

Os casos apresentados nesta dissertação são ilustrações das possibilidades no interior do campo dos jogos políticos. A percepção dessas trajetórias abre outras indagações para abordagens não exploradas pela presente análise. Pois não há ingenuidade em acreditar que as práticas clientelistas e outros instrumentos de coerção tenham encontrado seu fim neste período. Tão pouco há a crença de que as estruturas corporativas do populismo tenham sido uma unanimidade. Entendendo a cultura como uma rede de significados em transformação e permanência, em ruptura e continuidade, é possível ponderar sobre possíveis reciprocidades nestas relações sociais.

A todo momento pensou-se numa escrita conectada com as relações sociais da contemporaneidade. Assim sendo, tanto as perguntas feitas ao passado como as respostas dele obtidas dialogam com as preocupações próprias do tempo em que esta pesquisa está inserida, levando ao desdobramento de reflexões para além do objeto em si. Sendo este um estudo de caso, compreende-se que não pode estar voltado para outros fenômenos além daqueles que se estuda, mas ao investigar um determinado processo instiga-se o olhar sob outros prismas para os fenômenos tangenciais àquele pesquisado.

Este estudo se interessou pelos agentes que, em alguma medida, participaram do esforço de mobilização do eleitorado. As percepções aqui desenvolvidas podem ser desdobradas em outros questionamentos e novas pesquisas sobre a articulação política dos envolvidos. Dialogando com as grandes linhas interpretativas já consolidadas, acerca da sociedade brasileira e do contexto pernambucano, espera-se apenas ter dado uma contribuição para o debate historiográfico.

## **FONTES**

### **Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE**

#### **Jornais**

Diário de Pernambuco (1950-1958)

Jornal do Comercio (1958-1959)

Folha da Manhã (1950-1958)

Folha da Manha Vespertino (1950-1956)

Folha do Povo (1958-1959)

### **Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**

#### **Jornal**

Ultima Hora Rio de Janeiro (1955-1959)

### **Acervo Particular de Samuel Valente**

*Jingles* das campanhas de 1954, 1958 e 1959

### **Acervo Particular**

#### **Depoimentos**

Luiz Fernando da Câmara Cascudo

Carlos Garcia

Joca Souza Leão

## BIBLIOGRAFIA

ABREU, M., SOIHET, R. e GOTIJO, R. **Cultura Política e Leituras do Passado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Faperj, 2007.

AGUALUSA, José Eduardo. **O vendedor de passados**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2004.

AGUIAR, Roberto Oliveira de. **Recife, da Frente ao golpe: Ideologias políticas em Pernambuco**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1993.

AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **Usos & Abusos da História Oral**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ANDRADE, Manuel Correa de. **1964 e o Nordeste. Golpe, Revolução ou Contra Revolução**. São Paulo: Contexto, 1989.

AZEVEDO, Fernando. **As ligas camponesas**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra. 1982.

BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Tradução de Luiz Tupy Caldas de Moura. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

BARBOSA, Marialva. **História Cultura da Imprensa: Brasil 1900-2000**. Rio de Janeiro: Editora Mauad X, 2007.

BARROS, Adirson. **Ascensão e queda de Miguel Arraes**. Rio de Janeiro: Equador, 1965.

BASBAUM, Leôncio. **História sincera de república**. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1986. v. 4.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o udenismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas**. Magia, técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BEZERRA, Gregório. **Memórias. Segunda Parte: 1946-1969**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

BRAYNER, Flavio Henrique Albert. **Partido Comunista em Pernambuco: mudança e conservação na atividade do partido comunista brasileiro em Pernambuco; 1956-1994**. Recife: FUNDAJ / Editora Massangana, 1989.

BURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa na historiografia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

CALLADO, Antônio. **Tempos de Arraes: a revolução sem violência**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CALISSI, Luciana. **40 anos de 1964 – Para lembrar de não esquecer: Tempos de repressão, tortura e de resistência contra a ditadura**. In: BEZERRA, Rosilda A.; CHAGAS, Waldeci F.; LINS, Juarez N. (org.). Sociedade, Identidade e Diversidade. Guarabira/PB: Editora dos Organizadores, 2006.

CARVALHO, Ademar da Costa. **Palavra e Ação**. Seleção e organização: Eliane Souto Carvalho. Recife: Ed. Do Organizador, 2010.

CARVALHO, José Murilo. **Pontos e bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte: editora UFMG, 1998.

CAVALCANTE, Paulo. **O caso eu conto como o caso foi: da Coluna Prestes à queda de Arraes**. 3ª ed. Recife: Guararapes, 1980.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

D'ARAUJO, Maria Celina. **O segundo governo Vargas. 1950-1954: Democracia, Partidos e Crise Política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

DARNTON, Robert. **O grande massacre dos gatos e outros episódios da história cultural francesa**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DIAS, Rosângela de Oliveira. **O mundo como chanchada: cinema e imaginário das classes populares na década de 1950**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

DINIZ, Eli. **Voto e máquina política: Patronagem e Clientelismo no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

DUTRA, Eloy. **IBAD: sigla da corrupção**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1963.

FERREIRA, Jorge. **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (org.). **As Esquerdas no Brasil – vol. 2: Nacionalismo e Reformismo Radical**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FERREIRA, Jorge. (org.) **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FIGUEIREDO, Rubens. (org.) **Marketing político e persuasão eleitoral**. São Paulo: Fundação Konard Adenauer, 2000.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

GAMA NETO, Ricardo Broges. **A política da insensatez: O Desmonte da Máquina Pessedista (1952-1958)**. Dissertação de Mestrado. UFPE. CFCH. Ciência Política, 1995.

GOMINHO, Zélia de Oliveira. **Cidade Vermelha: a experiência democrática no pós-Estado Novo. Recife, 1945-1955**. Tese de Doutorado. UFPE. CFCH. História, 2011.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **Cidades da Mineração: memória e práticas culturais: Mato Grosso na primeira metade do século XX**. Cuiabá: Ed. UFMT; Carlini & Caniato Editorial, 2006.

GUSMÃO FILHO, Jaime de A.. **Pelópidas: o homem e a obra**. Ed. Universitária da UFPE, 2005.

HALBARWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda., 1990.

HIPPOLITO, Lúcia P. **De raposas e reformistas: O PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

KUSCHINIR, Karina e CARNEIRO, Leandro P. “As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia política”. In **Estudos Históricos**. Vol. 24. 1999. Pp. 237-250.

LAVAREDA, Antônio e SÁ, Constança (org.). **Poder e Voto: luta política em Pernambuco**. Recife: FUNDAJ / Ed. Massangana, 1986.

LAVAREDA, José Antônio. A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed.: IUPERJ, 1991.

LIMA, Jailma Maria de. **Partidos, candidatos e eleitores: o Rio Grande do Norte em Campanha Política (1945-1955)**. Tese. UFF. ICHF. História. 2010.

LIMA FILHO, Oswaldo. **Política Brasileira, 1945-1990: uma visão nacionalista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

LUZ, Noemia Maria Queiroz Pereira da. **Os caminhos do olhar: circulação, propaganda e humor. Recife, 1880-1914**. Tese. UFPE. CFCH. História, 2008.

MATTOS, Hebe. **Memórias do cativo: narrativas e identidade negra no antigo sudeste cafeeiro**. In: Ana Lugão Rios e Hebe Mattos. *Memórias do Cativo. Família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MAQUIAVEL, Nicolai. **O príncipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MONTEIRO FILHO, Armando. **Foi assim: memórias, histórias, depoimentos e confissões**. Recife: Edições Bagaço, 2010.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História, metodologia, memória**. São Paulo: Contexto, 2010.

MOREIRA, Aluisio Franco. A greve de 1917 em Recife. **Cadernos de História 1. Manifestações Operárias e Socialistas em Pernambuco**. Recife: Departamento de História. UFPE, 1987.

OLIVEIRA, Maria Lúcia Lippi. **O Partido Social Democrático**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1973.

PACHECO, Ricardo Aguiar. **A vaga sombra do poder: vida associativa e cultura política na Porto Alegre da década de 20**. Tese. UFRS. IFCH. História. 2004.

PAGE, Joseph A. **A revolução que nunca houve**. Tradução: Ariano Suassuna. Rio de Janeiro: Editora Record, 1972.

PANDOLFI, Dulce Chaves. **Pernambuco de Agamenon Magalhães: consolidação e crise de uma elite política**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco – Editora Massangana, 1984.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2011.

POLLAK, Michel. **Memória e Identidade Social**. Revista Estudos Históricos. Teoria e História. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, nº 10, 2003.

PROST, Antoine e VICENT, Gérard. **História da vida privada, 5: da Primeira Guerra a nossos dias**. São Paulo Companhia das Letras, 1992.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. **O mandonismo local na vida política Brasileira e outros ensaios**. Editora Alfa-Omega, 1976.

QUELER, Jefferson José. Entre o mito e a propaganda política: Jânio Quadros e sua imagem pública (1959-1961). Tese de Doutorado. UNICAMP. IFCH. 2008.

RAMOS, Guerreiro. **A crise do poder no Brasil: problemas da revolução nacional brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RESENDE, Antônio Paulo. Primeiras Ideias Socialistas em Pernambuco. **Cadernos de História 1. Manifestações Operárias e Socialistas em Pernambuco**. Recife: Departamento de História. UFPE, 1987.

REVEL, Jacques. **Jogos de Escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SANTOS, Taciana Mendonça. **Alianças Políticas em Pernambuco: a(s) Frente(s) do Recife (1955-1964)**. Dissertação de Mestrado. UFPE. CHCH. História, 2009.

SAY, J-B. **Tratado de Economia Política**. Abril Cultural, São Paulo, 1983

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOARES, José Arlindo. **A Frente do Recife e o Governo Arraes: nacionalismo em crise – 1955/1964**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOIHET, R.; BICALHO, Ma. F.; GOUVÊA, Ma. de F. (org.). **Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de História**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

SOUZA, Maria do Carmo Carvalho Campello. **Estados e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976

TEIXEIRA, Flávio Weinstein. **O movimento e a linha: presença do Teatro do Estudante e d'O Gráfico Amador no Recife (1946-1964)**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.

TÉTARD, Philipp. **Pequena História dos Historiadores**. Bauru: EDUSC, 2000.

VILELA, Márcio Ananias Ferreira. **A construção de um líder político: Francisco Heráclio do Rego. Limoeiro, 1945-1955.** Dissertação de Mestrado. UFPE. CFCH. 2008.

WAINER, Samuel. **Minha Razão de Viver: memórias de um repórter.** 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 1987.